



**Ata da Reunião Extraordinária de 17 de junho de 2015
da Câmara Municipal de Ponta Delgada**

Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, de acordo com a convocatória emitida nos termos da lei e devidamente publicitada pelos meios legais para o efeito, em sessão extraordinária, teve lugar, na sala de reuniões dos Paços do Concelho do Município de Ponta Delgada, a quadragésima primeira reunião da Câmara Municipal para o quadriénio 2013-2017, sob a Presidência de José Manuel Cabral Dias Bolleiro, com a presença das seguintes Senhoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte ; Maria Helena Botelho de Viveiros Batista ; Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes ; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz ; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara ; Pedro Filipe Rodrigues Furtado ; Nuno Miguel de Andrade Miranda -----

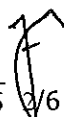
Secretariou esta reunião o Chefe de Divisão Administrativa João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa. A Vereadora Maria da Graça Câmara Batista esteve ausente mas tempestivamente justificou a falta não merecendo qualquer oposição a referida justificação. O Presidente declarou aberta a sessão às nove horas e quarenta e cinco minutos. -----

ORDEM DO DIA

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL

- **ASSUNTO Nº 245/15 : ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE 31.50 NO CAPITAL DA AZORES PARQUE E.M. S.A.**

O Presidente na abertura do debate sobre esta matéria referiu que a mesma decorre de um imperativo legal. Atualmente o entendimento jurisprudencial é no sentido da mitigação do capital público em empresas desta natureza e por isso aqui se propõe a alienação em causa. O Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda pediu a palavra e disse que a Vereação do PS para votar de forma consciente tem de perceber quais as razões objetivas para esta alienação e perceber qual o valor patrimonial em causa uma vez que apenas está apurado o valor contabilístico. Consequentemente, propõem a suspensão deste ponto e em seguida uma auditoria externa destinada a avaliar o valor real da Azores Parque pois só assim se consegue efetuar uma proposta de venda leal e justa. Ademais defendem que também é importante definir o perfil do comprador. O Presidente retorquiu declarando que não se vislumbra qual a relevância na avaliação externa e o processo é urgente para inclusão na agenda da Assembleia Municipal de junho. Mais disse que toda a avaliação está feita mas podemos solicitar esclarecimentos adicionais ao Conselho de Administração. Após debate a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a suspensão deste ponto da agenda conforme proposta da responsabilidade do Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda solicitando-se ulterior avaliação externa em termos a tempestivamente definir.-----



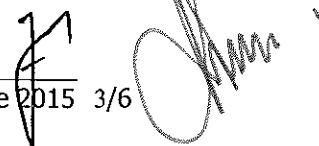
- **ASSUNTO Nº 247/15 : CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL**

Sobre este ponto usou da palavra o Vice-Presidente tendo o mesmo dito que se trata de documento que já foi sindicado em reunião de câmara. Mais disse Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes que resta à Assembleia Municipal aprovar o documento ratificando o já processado que está já instruído com o parecer do Conselho Local de Educação. Neste órgão a minuta da Carta Educativa Municipal foi aprovada sem que o Conselho Local de Educação tenha introduzido alterações de substância. Logo está em condições para subir à apreciação da Assembleia Municipal com expurgação da nota preambular.-----

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE RECURSOS HUMANOS

- **ASSUNTO Nº 246/15 : COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL – ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO PROPOSTA DO PRESIDENTE – APROVADO POR UNANIMIDADE**

Na sequência de informação já prestada em anterior reunião de Câmara, em sede de período antes da ordem do dia, o Presidente disse que nesta reunião concretiza o já declarado, na reunião de 26 de maio, com a apresentação da proposta, da sua responsabilidade, para a fixação da remuneração do Comandante Operacional da Protecção Civil de Ponta Delgada, conforme **Documento 1** que fica apenso à presente ata. Em conformidade, e nos termos da lei que confere apenas ao órgão executivo competência orgânica para o efeito, apresentou a proposta de 9 de Junho, relatada e subscrita por si (vide anexo), para que a Câmara fixe a remuneração do Comandante Operacional Municipal no montante de 2.613,85 euros (dois mil seiscentos e treze euros e oitenta e cinco cêntimos), correspondente ao vencimento de Dirigente Intermédio de II Grau, a que acresce o valor de abono de despesas de representação em valor idêntico ao atribuído aos Chefes de Divisão do Município de Ponta Delgada e no montante de 182,26 (cento e oitenta e dois

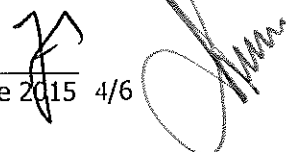


euros e vinte e seis cêntimos) a processar com os respetivos descontos e com efeitos a partir da deliberação que a Câmara Municipal tomar. A Câmara deliberou, por unanimidade, sem qualquer réplica ou oposição, aprovar a proposta em causa e nos termos lavrados pelo proponente.-----

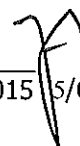
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE

• ASSUNTO Nº 225/15 : PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Para efeitos do disposto no número 2 do artigo 76 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, e ainda alínea i) do número 1 do artigo 33 e alínea l) do número 2 do artigo 25, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, submete-se ao órgão executivo a Prestação de Contas Consolidadas de 2014, elaborada nos termos do artigo 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conforme relatório que se apensa à presente acta como **Documento 2** e que dela faz parte integrante, para posterior apreciação do órgão deliberativo em Assembleia Municipal de junho. O Presidente José Manuel Cabral Dias Bolieiro disse que o que se apresentava era a conta consolidada de todas as responsabilidades do Município sem estimativas novas mas que importa perceber que há aqui uma nova metodologia conforme declaração que passo a ditar para a ata : "**Resumo da Consolidação de Contas** : A consolidação do exercício de 2014 engloba duas novas empresas: a Azores Parque e o Coliseu Micaelense. Nas demonstrações financeiras os valores referentes ao ano de 2013 não incluem os valores destas empresas, pelo que os mapas não são comparáveis. Consolidação: Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A.; Cidade em Acção, Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos S.A.; Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão Parques Empresariais, S.A.; Serviços Municipalizados. A consolidação deixa de contar com a empresa Ponta Delgada



Social devido à sua internalização. Quanto aos compromissos assumidos pelo Grupo Municipal, para exercícios futuros, sofreram uma redução, uma vez que, no ano de 2014, foram rescindidos os contratos programas (vide fls. 27 do relatório) com os encargos referentes ao referentes ao Parque Urbano; Parque de Estacionamento da Avenida; Rua Azores Parque. Os Compromissos Plurianuais são no montante de 40.447.975,94 euros. A fls 27 pode-se verificar que no ano de 2015 já foi assumido um compromisso plurianual com a Empresa Cidade em Acção, no montante de 7.788.000,00 euros referentes ao contrato de arrendamento do Parque Urbano e um compromisso com a empresa Parquaçor, no montante de 8.929.327,85 euros referente ao contrato de cedência de posição contratual entre a Cidade em Acção, o Município de Ponta Delgada e a Parquaçor.” Efectuada a explanação em sinopse do relatório o Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda, no uso da palavra, disse que é de realçar os efeitos positivos que os dispositivos legais têm na transparência das contas do Município, tendo o Presidente em inciso dito que esse era um elogio para o Governo da República, e acrescentou ainda o Vereador que o peso do sector empresarial local nas contas do Município da Câmara Municipal é monumental e que todo o esforço feito pelo Município não reduziu o passivo das empresas municipais e a consolidação do seu passivo acabou por aumentar o passivo do Município. O Presidente replicou que a dívida tem sido toda ela reduzida e mesmo cumprindo com o serviço da dívida tem sido possível reduzir os spreads e até foi possível uma amortização extraordinária de 1 milhão e 200 mil euros, logo não se compreende a afirmação de que não há diminuição de passivo quando sob o ponto de vista real não há qualquer aumento de dívida. Em inciso o Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda disse que de 2013 para 2014 houve um aumento de 95 para 117 milhões e se isso não é um aumento do passivo não compreende então o que será. O Presidente referiu que era apenas um aumento contabilístico e que é de registar que é a primeira vez que se apresenta a demonstração consolidada de todas as contas sem embargo de todo e qualquer escrutínio pelas entidades fiscalizadoras sendo que, até à data, tal escrutínio nunca fora plasmado em prestação de contas consolidadas. Findo o debate a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o documento



caucionado pelo revisor oficial de contas à apreciação da Assembleia Municipal de junho.-----

Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, pelas dez horas e trinta minutos, o Presidente agradeceu o contributo de todos e declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e por quem secretariou a reunião e lavrou a presente ata.-----

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada



(José Manuel Cabral Dias Bolieiro)

Secretariado



(João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa)

ASSUNTO Nº 246/15

COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL - ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO

Na sequência da nomeação do Técnico Superior Pedro Alexandre da Silva Azevedo, por despacho de 9 de junho de 2015, para o cargo de Comandante Operacional Municipal, o qual já vinha desde 1 de janeiro de 2013 a Coordenar o Serviço Municipal de Proteção Civil, e considerando que a Lei não estabelece remuneração para o referido cargo, é presente pelo senhor Presidente proposta no sentido fixar o montante pecuniário de 2.613,85 euros, correspondente ao vencimento de Dirigente Intermédio de II Grau, a que acresce Despesas de representação em valor idêntico ao atribuído a Chefes de Divisão, atualizável nos mesmos termos ao dos trabalhadores que exercem funções públicas

PROPOSTA

Motivação:

A proteção civil é uma das atribuições indeclináveis do Poder Local, e em particular dos municípios.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada tem vindo a promover, sucessiva e progressivamente, a requalificação do seu Serviço Municipal de Proteção Civil, cada vez mais solicitado e cooperante com o Serviço Regional de Proteção Civil.

Quer nas áreas do planeamento e da prevenção, quer nas áreas de ação e reação, o trabalho desenvolvido tem vindo a merecer de todos e de cada um redobrado esforço e dedicação. Aliás, por nossa opção, concertada com o Serviço Regional de Proteção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada aumentou os recursos humanos e técnicos.

Há, pois, desde este último ano, mais encargos para a adequada coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil.

No âmbito do Planeamento estamos mesmo a adquirir mais serviços.

No âmbito das Comunicações pretendemos aumentar o Investimento.

Nunca como agora a Comissão Municipal de Proteção Civil foi tão interventiva e chamada a refletir criticamente sobre todos os meios existentes e em falta, bem como sobre as ações e reações em exercícios de simulacro.

Ademais, por parceria publicada, adotamos com o Serviço Regional de Proteção Civil, um esforço comum para gerir em conjunto o património de emergência das duas instituições para Ponta Delgada e ilha de S. Miguel.

É neste contexto que, por meu Despacho, datado de 9 de junho de 2015, e em conformidade com as disposições conjugadas nos n.º 2 e 4 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, procedi à nomeação do Técnico Superior Pedro Alexandre da Silva Azevedo como Comandante Operacional Municipal, o qual já vinha desde 1 de janeiro de 2013 a Coordenar o Serviço Municipal de Proteção Civil, na sequência da reestruturação dos serviços municipais oportunamente aprovada pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal.

Considerando que a Lei não estabelece remuneração para o cargo de Comandante Operacional Municipal, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de fixar o montante pecuniário de 2.613,85 €, correspondente ao vencimento de Dirigente Intermédio de II Grau, a que acresce Despesas de Representação em valor idêntico ao atribuído a Chefes de Divisão, actualizável nos mesmos termos ao dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Paços do Concelho, 9 de junho de 2015



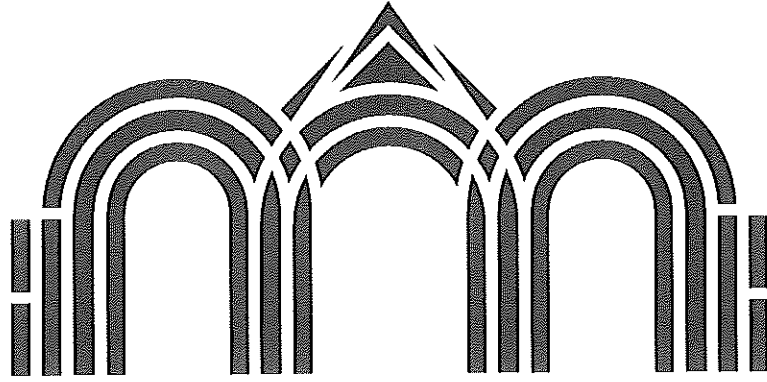
José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Presidente da Câmara Municipal

ASSUNTO Nº 225/15

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, alínea i) do n.º1 do artigo 33º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, submete-se a aprovação do órgão executivo a Prestação de Contas Consolidadas de 2014, elaborada nos termos do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para posterior apreciação do órgão deliberativo.



PONTA DELGADA

CÂMARA MUNICIPAL

Documentos de Prestação de Contas
Consolidadas

Ano de 2014



Praça do Município • 9504-523 PONTA DELGADA
Telefone 296 304 400 • Fax 296 304 401 • N.º Verde 800 205 479
www.cm-pontadelgada.pt • geral@mpdelgada.pt
N.º FC 512012814

CONTAS CONSOLIDADAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

INDICE

Relatório de Gestão Consolidado	Pág.	1
Documentos de Prestação de Contas	Pág.	11
Balanço Consolidado	Pág.	12
Demonstração de Resultados Consolidada por Natureza	Pág.	15
Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais	Pág.	16
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	Pág.	17
Outros Documentos	Pág.	40
Certificação Legal de Contas	Pág.	47

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

I. INTRODUÇÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro define no n.º1 do artigo 75º a apresentação das contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

A consolidação do grupo autárquico assegura uma informação mais ampla e mais transparente contribuindo para a melhor formulação de estratégias e decisões da realidade autárquica.

A Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho, da aprovação da Orientação n.º 1/2010 – “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, reúne um conjunto de princípios orientadores e de requisitos mínimos que devem estar presentes no processo de consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo, o qual inclui os municípios.

O Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emitiu duas notas técnicas. A primeira, de 28 de abril de 2011, com um conjunto de instruções sobre a consolidação de contas municipais, que permitem de forma coerente, harmoniosa e comparável, a aplicação deste regime. Mais recentemente, em maio de 2015, emitiu uma nova nota explicativa da consolidação com as instruções para o exercício de 2014.

De acordo com as instruções publicadas pelo SATAPOCAL, o Município de Ponta Delgada elaborou o Manual de Consolidação, entendido como um guia prático de consolidação, e de acordo com a Orientação n.º1/2010, incluindo as normas, princípios e procedimentos a adotar no grupo municipal de consolidação merecendo a aprovação em Reunião de Câmara de 06 de fevereiro de 2011.

Desde 2010 que a autarquia apresenta demonstrações financeiras consolidadas, permitindo evidenciar uma

cultura de gestão do grupo autárquico, e mesmo com a recente alteração do quadro legal, continua a refletir nas contas a mesma cultura embora agora apresentadas de forma integral.

Em 2014, o Município de Ponta Delgada apresenta as seguintes entidades no perímetro de consolidação: Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A.; Cidade em Acção, Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos S.A.; Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão Parques Empresariais, S.A. e os Serviços Municipalizados.

A consolidação do exercício de 2014 engloba duas novas empresas: a Azores Parque e o Coliseu Micaelense deixando de contar com a empresa Ponta Delgada Social – Construção, Exploração e Gestão de Equipamentos Sociais, Sociedade Unipessoal, Lda devido à internalização no Município.

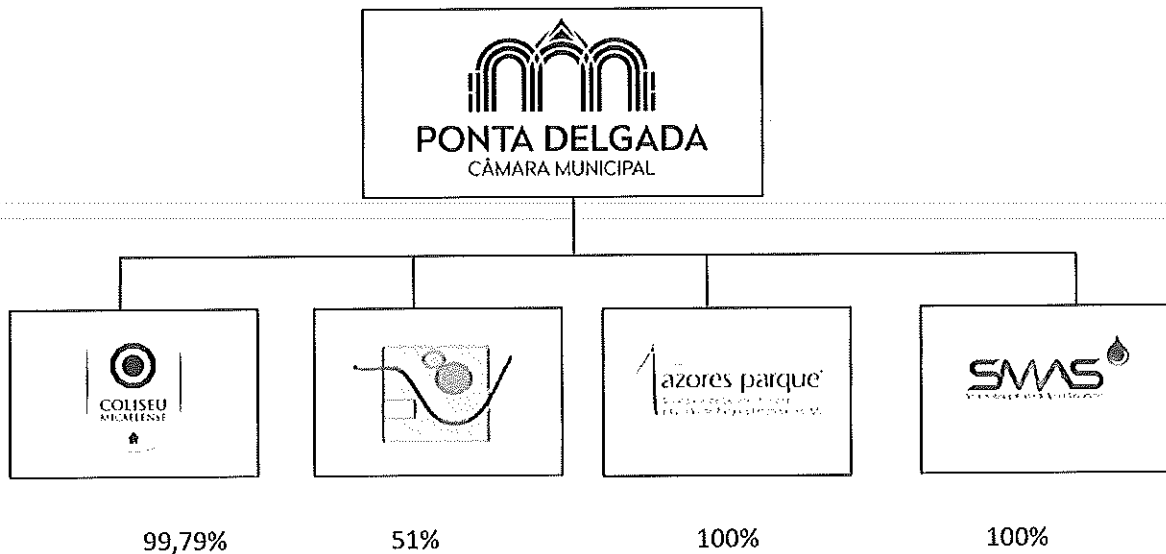
Dada a experiência acumulada, a alteração ocorrida no perímetro de consolidação resultante da alteração do quadro legal vigente, não perturbou a continuidade da harmonização da informação financeira das entidades consolidantes em consequência dos diferentes regimes contabilísticos, no entanto, a comparabilidade das contas neste ano está afetada pela alteração do perímetro das seguintes empresas que apresentam os seguintes indicadores:

Empresas	Ativo Líquido	Passivo
Azores Park	12 353 439,79	11 406 458,96
Coliseu Micaelense	16 056 204,48	4 035 797,22

Nos termos legais, o executivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada apresenta, para apreciação, o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração de Resultados consolidada dos resultados por natureza, Mapa de Fluxos de Caixa consolidados de operações orçamentais e o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2014.

II. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A Câmara Municipal de Ponta Delgada é a entidade consolidante ou entidade mãe, sendo as entidades consolidadas as empresas Coliseu Micaelense, Cidade em Acção, Azores Parque e os Serviços Municipalizados.



1. Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A.

A maior casa de espetáculos da Região Autónoma dos Açores foi inaugurada no dia 10 de maio de 1917.

Tem como objetivo a promoção e dinamização de atividades e eventos culturais, sociais e recreativos, bem como a realização de espetáculos nos vários domínios da cultura, exposições, congressos, conferências, seminários, pequenas reuniões, bailes e serões dançantes, circo, exposições e feiras, entre outros eventos de natureza cultural, social ou recreativa.

A Sociedade Coliseu Micaelense concretizou os objectivos a que se propôs em 2014, reforçando a aposta na realização de eventos de responsabilidade partilhada – como a apresentação de espectáculos em regime de co-produção e de produção externa – e no aluguer das suas instalações para eventos privados.

Realizaram-se os eventos âncora da programação anual do Coliseu Micaelense, como o Grande Baile de Réveillon, os Bailes de Carnaval, a Festa Branca, o Festival de Tunas e a Festa do Emigrante. No ano de 2014, realizaram-se 37 eventos, envolvendo cerca de 25.849 espetadores.

2. Cidade em Acção, Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos S.A.

Empresa para a promoção, implementação, construção de gestão e exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano. Em 2014 a atividade da empresa municipal focalizou-se na exploração do estacionamento de superfície e coberto da cidade de Ponta Delgada e na exploração das áreas do Parque Urbano de Ponta Delgada.

3. Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão Parques Empresariais, S.A.

Desenvolve a sua atividade na área dos empreendimentos imobiliários, tendo concentrado a sua atividade na construção de infraestruturas para as áreas industriais de comércio e serviços. Já colocou no mercado na zona da AZORES PARQUE, cerca de 100 pavilhões e 52 lotes para pequenas indústrias. Esta empresa tem em carteira uma vasta área de terrenos com projetos de execução já aprovados, que permitirão, no futuro, lançar no mercado um conjunto de infraestruturas nas áreas ambiental, serviços e da indústria que levarão à deslocalização e concentração no parque empresarial de Ponta Delgada de infraestruturas de ponta na área das comunicações.

4. Serviços Municipalizados (SMAS)

Os serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Ponta Delgada, assumem-se como um Serviço de Utilidade Pública de Interesse Local, que pretende servir e melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes, assim como o ambiente do Concelho, através de um serviço que garante o fornecimento de água com qualidade e o tratamento das suas águas residuais.

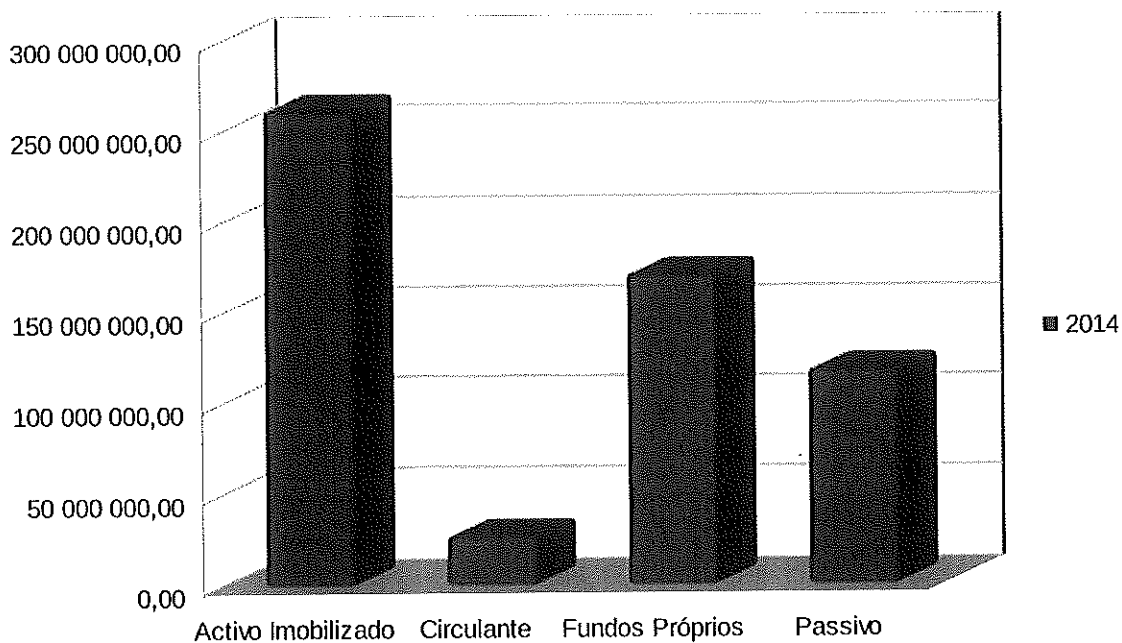
Na Rede de distribuição de Água: 58 Reservatórios, 630 km de redes adutoras e distribuidoras, 32 Estações de tratamento (postos de cloragem), 46 Grupos de Nascentes e 4 Furos. 100% da População Servida.

Na Rede de Drenagem de Águas Residuais: 135 km de Coletores Domésticos, 117 km de Coletores Pluviais, 3 ETAR (Estações de Tratamento de Águas Residuais). 99% dos arruamentos da zona urbana de PDL são dotados de coletor doméstico.

III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO MUNICIPAL

Na análise económica e financeira do grupo, no exercício de 2014, serão abordados os seguintes mapas: Balanço e Demonstração de Resultados.

3.1 - BALANÇO



O Ativo, em 2014, atingiu os 288.707.574,31 euros, e os Fundos Próprios ascenderam aos 170.808.579,80 euros.

O Passivo, em 2014, atingiu os 117.898.994,51 euros. O endividamento de médio e longo prazo é a rubrica que

mais contribui para este montante, com cerca de 46%. Por outro lado, o endividamento de curto prazo é a rubrica que menos contribui, com cerca de 7,37%.

3.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

valores em euros

Evolução dos Custos	2014	%
Custos Operacionais	40 903 169,79	94,5%
Custos Financeiros	1 699 079,60	3,9%
Custos Extraordinários	661 735,56	1,5%
Total dos Custos	43 263 984,95	100%

valores em euros

Evolução dos Proveitos	2014	%
Proveitos Operacionais	41 117 633,18	93,3%
Proveitos Financeiros	120 874,29	0,3%
Proveitos Extraordinários	2 852 033,89	6,5%
Total dos Proveitos	44 090 541,36	100%

Em 2014 os proveitos ascenderam a 44.090.541,36 euros, enquanto que os custos atingiram o montante de 43.263.984,95 euros.

O Resultado Líquido do Exercício ascendeu aos 800.468,37 euros.

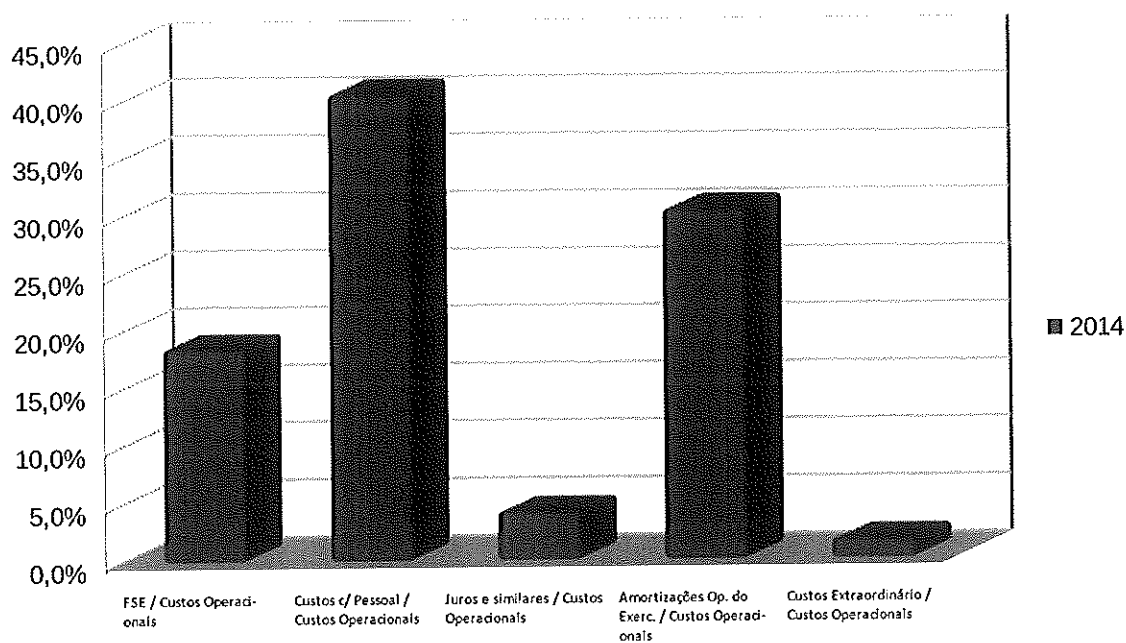
valores em euros

Evolução dos Resultados	2014
Resultados Operacionais	214 463,39
Resultados Financeiros	-1 578 205,31
Resultados Correntes	-1 357 936,62
Resultado Líquido do Exercício	800 468,37

ESTRUTURA DE CUSTOS

valores em euros

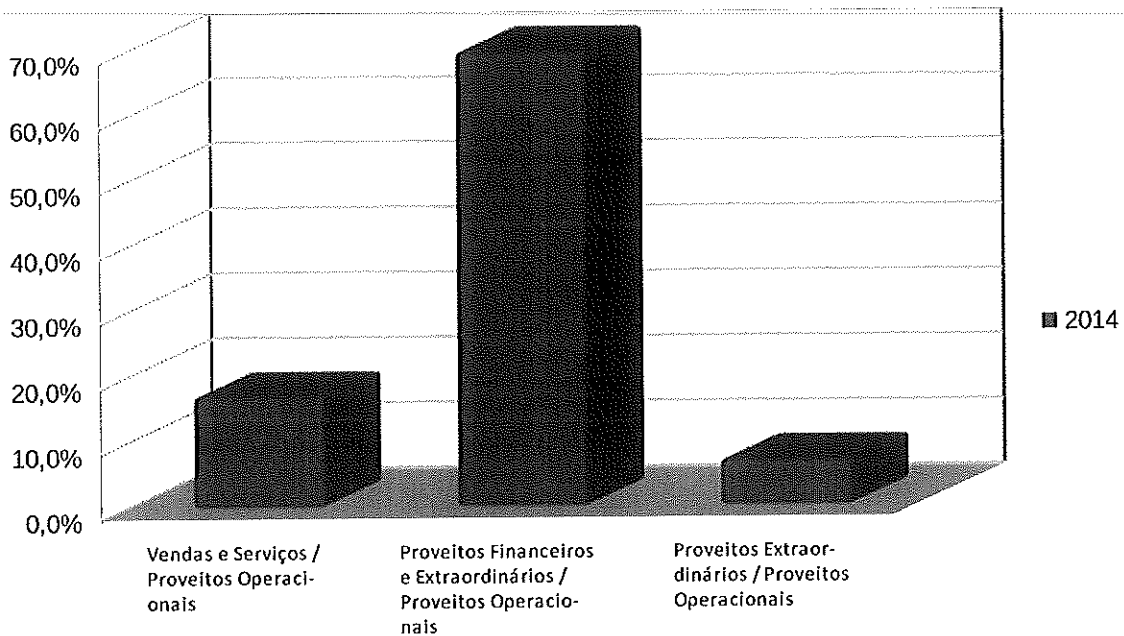
Indicadores de Custos	2014
FSE / Custos Operacionais	18,5%
Custos c/ Pessoal / Custos Operacionais	40,6%
Juros e similares / Custos Operacionais	4,2%
Amortizações Op. do Exerc. / Custos Operacionais	30,4%
Custos Extraordinário / Custos Operacionais	1,6%



Os Custos com o Pessoal (40,60%), as Amortizações do Exercício (30,4%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (18,5%), são as rubricas que maior peso têm nos Custos Operacionais.

ESTRUTURA DE PROVEITOS

Indicadores de Proveitos	2014
Vendas e Serviços / Proveitos Operacionais	16,9%
Proveitos Financeiros e Extraordinários / Proveitos Operacionais	69,6%
Proveitos Extraordinários / Proveitos Operacionais	6,9%



As Transferências e Subsídios Obtidos (33,8%) e os Impostos e Taxas (31,8%) são as rubricas que maior peso têm nos Proveitos Operacionais.

IV. ANÁLISE FINANCEIRA E DE RENTABILIDADE

valores em euros

Rátios Financeiros	2014
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	2,18
Liquidez Reduzida (Ativo Circulante - Existências) / Passivo Circulante	1,21
Liquidez Imediata (Depósitos + Caixa + Títulos Negociáveis) / Passivo Circulante	0,56
Autonomia Financeira (Capitais Próprios/Ativo)	0,59
Endividamento (Passivo / Ativo)	0,41
Solvabilidade (Capitais Próprios / Passivo)	1,45
Solvabilidade (Ativo / Passivo)	2,45

O Rácio de Endividamento, em 2014, é de 0,41, ou seja, o grupo municipal financia-se com 59% de Capitais Próprios e 41% de Capitais Alheios.

O Rácio de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida, em 2014, é superior a 1. Segundo este indicador, a grupo municipal tem ativos capazes de produzir meios líquidos financeiros para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

O indicador do Rácio de Solvabilidade é muito superior a 1, o que significa que o grupo municipal está estável financeiramente.

Ponta Delgada, 11 de junho de 2015

O Presidente da Câmara

**DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONSOLIDADAS**

BALANÇO CONSOLIDADO

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Valores Consolidados			
		2014			2013
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5 860 946,22	0,00	5 860 946,22	5 812 895,50
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	144 471 581,02	61 182 433,07	83 289 147,95	87 867 793,26
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	1 697 446,21	0,00	1 697 446,21	1 897 713,23
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		152 029 973,45	61 182 433,07	90 847 540,38	95 578 401,99
	Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
439	Outras Imobilizações Incorpóreas	359 046,32	195 942,50	163 103,82	163 103,82
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		359 046,32	195 942,50	163 103,82	163 103,82
	Imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
421	Terrenos e recursos naturais	21 374 764,60	0,00	21 374 764,60	20 684 529,34
422	Edifícios e outras construções	90 132 522,26	10 257 433,56	79 875 088,70	61 103 665,89
423	Equipamento básico	78 080 915,53	44 988 336,69	33 092 578,84	35 210 971,87
424	Equipamento de transporte	6 383 700,43	4 589 683,87	1 794 016,56	1 428 401,10
425	Ferramentas e utensílios	918 050,50	819 862,88	98 187,62	114 428,54
426	Equipamento administrativo	5 410 926,54	4 925 845,32	485 081,22	390 464,77
427	Taras e vasilhame	926,75	926,75	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	18 145 488,09	2 593 017,32	15 552 470,77	782 308,48
442	Imobilizações em curso	16 366 201,93	0,00	16 366 201,93	4 133 091,76
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	6 415,35	0,00	6 415,35	6 415,35
		236 819 911,98	68 175 106,39	168 644 805,59	123 854 277,10
	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	13 091 701,84
412	Obrigações e títulos de participação	1 864 991,58	0,00	1 864 991,58	0,00
414	Investimentos em Imóveis	279 527,94	0,00	279 527,94	14 495 274,11
415	Outras aplicações financeiras	6 422,02	0,00	6 422,02	6 422,02
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 150 941,54	0,00	2 150 941,54	27 593 397,97

BALANÇO CONSOLIDADO

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Valores Consolidados			
		2014			2013
		AB	A/P	AL	AL
	Circulante:	0,00	0,00	0,00	0,00
	Existências:	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	703 399,29	0,00	703 399,29	763 017,06
35	Produtos e trabalhos em curso	7 697 754,29	0,00	7 697 754,29	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		8 401 153,58	0,00	8 401 153,58	763 017,06
	Dívidas de terceiros – Médio e longo prazos: (a)				0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Empréstimos concedidos				0,00
211	Clientes c/c	404 911,35	0,00	404 911,35	137 277,14
212	Contribuintes c/c	123 617,73	0,00	123 617,73	107 025,23
213	Utentes c/c	1 775 665,98	0,00	1 775 665,98	1 360 326,42
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	977 019,85	593 834,36	383 185,49	299 784,23
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	96 808,63	0,00	96 808,63	15 654,73
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+2 67+268	Outros devedores	2 879 032,33	0,00	2 879 032,33	4 101 183,36
		6 257 055,87	593 834,36	5 663 221,51	6 021 251,11
	Títulos negociáveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições financeiras e Caixa:				0,00
12	Depósitos em Instituições financeiras	4 827 908,79		4 827 908,79	3 568 832,79
11	Caixa	22 177,85		22 177,85	17 914,59
		4 850 086,64	0,00	4 850 086,64	3 586 747,38
	Acréscimos e diferimentos:	0,00			0,00
271	Acréscimos de proveitos	7 925 659,32	0,00	7 925 659,32	1 789 301,49
272	Custos diferidos	61 061,93	0,00	61 061,93	48 871,43
		7 986 721,25	0,00	7 986 721,25	1 838 172,92
	Total de amortizações		129 553 481,96		0,00
	Total de provisões.....		593 834,36		0,00
	Total do activo	418 854 890,63	130 147 316,32	288 707 574,31	259 398 369,35

BALANÇO CONSOLIDADO

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Valores Consolidados	
		2014	2013
	Fundos próprios:		
51	Património	95 912 290,76	95 917 613,34
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	7 836 077,40
56	Reservas de reavaliação	9 988 860,08	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	5 279 837,82	5 232 720,05
572	Reservas estatutárias	6 648 480,39	6 648 480,39
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	85 429,84	87 429,84
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	1 264 747,18	1 139 459,18
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
578	Cedências gratuitas por loteamentos	2 695 734,74	2 368 104,37
59	Resultados transitados	47 944 907,49	43 118 676,28
	Interesses Minoritários	191 224,89	
88	Resultado líquido do exercício	797 066,61	1 089 280,43
	Total dos Fundos Próprios	170 808 579,80	163 437 841,28
	Passivo:		0,00
292	Provisões para riscos e encargos		0,00
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	45 965 335,14	35 815 160,62
268	Outros credores	8 314 858,04	
	Passivos por Impostos Diferidos	40 121,93	
		54 320 315,11	35 815 160,62
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		0,00
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
23114	Empréstimo M/L Prazo C/ Exigibilidade de Curto Prazo	2 795 201,89	2 432 223,64
269	Adiantamentos por conta de vendas		0,00
221	Fornecedores c/c	751 049,35	301 755,13
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	584 740,34	403 556,65
252	Credores pela execução do orçamento		0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 838 773,27	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	338 267,40	226 297,39
24	Estado e outros entes públicos	261 900,81	221 325,26
264	Administração autárquica	355 569,93	404 187,16
262+263+267+268	Outros credores	1 421 867,47	447 835,39
222+2612+26	Garantias e Cauções	344 864,21	428 712,60
		8 692 234,67	4 865 893,22
	Acréscimos e diferimentos:		0,00
273	Acréscimos de custos	2 580 321,72	1 845 531,22
274	Proveitos diferidos	52 306 123,01	53 433 943,01
		54 886 444,73	55 279 474,23
	Total do passivo	117 898 994,51	95 960 528,07
	Total dos fundos próprios e do passivo	288 707 574,31	259 398 369,35

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA POR NATUREZA

Código De Contas	Descrição	Valores Consolidados			
		2014		2013	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	1 582 854,10	1 582 854,10	1 647 959,15	1 647 959,15
62	Fornecimentos e serviços externos:		7 561 255,90		7 864 426,10
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	13 017 987,63		12 825 333,11	
643 a 648	Encargos sociais	3 582 303,57	16 600 291,20	3 270 999,07	16 096 332,18
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		2 022 747,35		2 186 078,63
66	Amortizações do exercício		12 432 643,46		12 095 832,99
67	Provisões do exercício		166 963,95		74 877,81
65	Outros custos operacionais		536 413,83		222 708,17
	(A)		40 903 169,79		40 188 215,03
68	Custos e perdas financeiros		1 699 079,60		662 025,52
	(C)		42 602 249,39		40 850 240,55
69	Custos e perdas extraordinários		661 735,56		817 723,94
	(E)		43 263 984,95		41 667 964,49
	Imposto sobre o Rendimento		26 088,04		817 723,94
	(G)		43 290 072,99		42 485 688,43
	Interesses Minoritários		3 401,76		
88	Resultado consolidado líquido do exercício.....		797 066,61		1 089 280,43
	(X)		44 090 541,36		42 757 244,92
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	3 136,10		1 277,10	
7112+7113	Venda de produtos	6 290 229,33		5 554 416,52	
712	Prestações de serviços	6 667 770,22		5 957 494,88	
713	Rendas e Alugueres	0,00	12 961 135,65		11 513 188,50
72	Impostos e taxas		13 092 077,96		12 050 075,97
(a)	Variação da produção		195 220,75		0,00
75	Trabalhos para a própria entidade		660 457,95		1 201 020,67
73	Proveitos suplementares		1 402,25		383,95
74	Transferências e subsídios obtidos		13 876 896,48		14 223 174,08
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		330 442,14		251 259,67
	(B)		41 117 633,18		39 239 102,84
78	Proveitos e ganhos financeiros		120 874,29		607 262,50
	(D)		41 238 507,47		39 846 365,34
79	Proveitos extraordinários		2 852 033,89		2 910 879,58
	(F)		44 090 541,36		42 757 244,92
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		214 463,39		-949 112,19
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-1 578 205,31		-54 763,02
	Resultados Correntes: (D - C)		-1 363 741,92		-1 003 875,21
	Resultado consolidado líquido do exercício: (F - E)		800 468,37		1 089 280,43

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência Anterior		3 654 470,39	Despesas Orçamentais		46 731 445,47
Execução Orçamental	2 757 732,40		Correntes	33 439 355,79	
Operações de Tesouraria	896 737,99		Capital	13 292 089,68	
Receitas Orçamentais		47 957 715,88	Operações de Tesouraria		19 297 701,66
Correntes	41 760 161,67		Saldo para a Gerência Seguinte		4 850 086,64
Capital	6 178 494,84		Execução Orçamental	4 039 002,81	
Outras	19 059,37		Operações de Tesouraria	811 083,83	
Operações de Tesouraria		19 267 047,50			
Total		70 879 233,77	Total		70 879 233,77

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O objeto principal da Câmara Municipal de Ponta Delgada é a prossecução de atividades não lucrativas no âmbito das competências atribuídas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

A consolidação de contas é um processo contabilístico que permite agregar as demonstrações financeiras das entidades de natureza empresarial que este Município controla de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, conforme o disposto no n.º 3 do art.º 75º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, (RFALEI) tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes da Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho, a qual aprovou a “Orientação n.º 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, e tendo por base as Instruções do SATAPOCAL, de abril de 2011, destinadas a clarificar e adaptar a norma à administração local, bem como a nota explicativa de maio de 2015, relativa à Consolidação de Contas pelos Municípios com as instruções para o exercício de 2014.

O Município de Ponta Delgada já apresenta contas consolidadas desde 2010, por força do quadro legal consagrado na Lei 2/2007, de 15 de janeiro. O exercício de 2014 apresenta uma modificação significativa do perímetro de consolidação, face ao ano de 2013, não permitindo efetuar-se a apresentação para efeitos de comparação da informação financeira consolidada reportada a 2013. No entanto, pensamos que a informação é suficiente para permitir perceber as principais diferenças ocorridas.

A Câmara Municipal, como empresa consolidante utiliza os seguintes métodos de consolidação:

Método de Consolidação Integral que consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da empresa consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das empresas consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros;

Método da Equivalência Patrimonial que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada.

1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

A) ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO.

Entidades	Sede Social	Atividade Principal	Nº de trabalhadores em 31/12/2014	% do Capital Detido em 2014	Obs.
Município de Ponta Delgada	Praça do Município s/n	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, habitação, ordenamento do território, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, serviços culturais, recreativos e religiosos, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo	671		a)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	Rua Tavares Resendes nº 165 9504-507 Ponta Delgada	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais	239	100%	b)
Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos EM. S.A.	Edifício Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa s/n 9500-216 Ponta Delgada	Promoção e dinamização de atividades e eventos culturais, sociais e recreativos, bem como a realização de espetáculos nos vários domínios da cultura, exposições, congressos, conferências, seminários, pequenas reuniões, bailes e serões dançantes, circo, exposições e feiras, entre outros eventos de natureza cultural, social ou recreativa. Compra venda e arrendamento de imóveis, propriedade da sociedade ou que se revelem necessários ao desenvolvimento do seu objeto principal.	18	99,79%	c)
Cidade em Acção, Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos S.A.	Club House - Parque Urbano Caminho da Levada, nº134 9500-081 Ponta Delgada	Promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de equipamentos urbanos, na prestação de serviços de planeamento, arquitetura, engenharia e gestão, bem como a prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento das atividades dos equipamentos urbanos. Promoção, implementação, construção de gestão e exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano.	9	100%	b)
Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão Parques Empresariais, S.A.	Rua Azores Parque, Nº 102 - Pavilhão 2.1. 9500-794 Ponta Delgada	Promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de parques empresariais, na prestação de serviços de planeamento, arquitetura, engenharia e gestão, bem como a prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento da atividade empresarial	3	51%	c)

A empresa Ponta Delgada Social deixou de fazer parte do perímetro de consolidação desde 25 de junho de 2014 por força da sua internalização no município.

2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Nada a comentar.

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A) IDENTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DE TODOS OS MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À ELIMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS E DAS OPERAÇÕES RECÍPROCAS.

Os mapas auxiliares de Consolidação do Balanço e Demonstração de Resultados consolidados são os que abaixo se discrimina.

B) DISCRIMINAÇÃO DA RUBRICA “DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO”, COM INDICAÇÃO DOS MÉTODOS DE CÁLCULO ADOTADOS E EXPLICITAÇÃO DAS VARIAÇÕES SIGNIFICATIVAS RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO ANTERIOR.

As participações financeiras que transitam de anos anteriores, que são registadas de acordo com o método de equivalência patrimonial, emergiram de aquisições de partes de capital pelo seu valor nominal e, por isso, não ocorreram diferenças de aquisição e consequentemente não houve lugar ao reconhecimento da diferença de consolidação no ano e anos anteriores.

C) JUSTIFICAÇÃO DOS CASOS EXCECIONAIS EM QUE NÃO SE TENHA ADOTADO O PRINCÍPIO DA CONSISTÊNCIA NA CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SEUS EFEITOS NO PATRIMÓNIO, NA POSIÇÃO FINANCEIRA E NOS RESULTADOS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Nada a comentar.

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº 1 do artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;

b) Entidades que integram o perímetro de consolidação desde 2010, ao abrigo da Lei 2/2007, de 15 de janeiro;

c) Entidades que integram o perímetro de consolidação a partir de 2014, de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

D) DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS IMPORTANTES RELACIONADOS COM O PATRIMÓNIO, A POSIÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DE UMA ENTIDADE INCLUÍDA NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO QUE TENHAM OCORRIDO ENTRE A DATA DO BALANÇO DESSA ENTIDADE E A DATA DO BALANÇO CONSOLIDADO.

Nada a comentar.

E) INFORMAÇÕES QUE TORNEM COMPARÁVEIS OS SUCESSIVOS CONJUNTOS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO CASO DE SE ALTERAR SIGNIFICATIVAMENTE, NO DECURSO DO EXERCÍCIO, A COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2014 incluem pela primeira vez, no seu perímetro de consolidação, as empresas Coliseu Micaelense e Azores Parque.

Nas demonstrações financeiras os valores referentes ao ano de 2013 não incluem os valores das empresas supra mencionadas. Assim os valores dos mapas não são comparáveis.

Deixa de estar presente em 2014 a empresa Ponta Delgada Social.

F) INDICAÇÃO DOS MONTANTES DOS AJUSTAMENTOS EXCECIONAIS DE VALOR DOS ATIVOS FEITOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS E NÃO ELIMINADOS DA CONSOLIDAÇÃO, JUNTAMENTE COM AS RAZÕES QUE O DETERMINARAM.

Nada a comentar.

G) INDICAÇÃO DOS CASOS EXCECIONADOS EM QUE SE UTILIZOU A HOMOGENEIZAÇÃO VALORATIVA, BEM COMO DAS RAZÕES QUE JUSTIFICARAM A SUA UTILIZAÇÃO.

Nada a comentar.

H) OPÇÃO USADA PELO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO QUANTO À CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL.

A empresa Coliseu Micaelense - Sociedade de Promoção e Dinamização de eventos Culturais, Sociais e Recreativos, utiliza o método de equivalência patrimonial para efeitos de registo da participação, de 31,5%, que detém na empresa Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Empresariais.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A) DESCRIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO (ALÍNEA D DO Nº 7 DO ARTº 75º, DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO), DESAGREGADA POR RUBRICA PATRIMONIAL.

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio e longo prazo da seguinte forma:

Código de Contas POCAL	Dívidas a terceiros de médio/longo Prazo						Eliminação de Crédito/dívidas Recíprocas	Grupo público consolidado
	Município	SMAS	Cidade Em Acção, S.A.	Coliseu Micaelense	Azores Parque	Total		
1	2	3	4	5	6	7=2+3+4+5+6	8	9=7-8
2311121	18 837 655,85	0,00	13 427 143,14	3 100 598,51	10 599 937,64	45 965 335,14	0,00	45 965 335,14
268	8 314 858,04	0,00	0,00	0,00	0,00	8 314 858,04		8 314 858,04
Total	27 152 513,89	0,00	13 427 143,14	3 100 598,51	10 599 937,64	54 280 193,18	0,00	54 280 193,18

O endividamento bancário do grupo municipal aumentou do ano de 2013 para o ano de 2014 devido, essencialmente, à inclusão no perímetro de consolidação das empresas Coliseu Micaelense e Azores Parque, bem como pela contabilização como dívida de médio e longo prazo do montante de 8.314.858,04 euros na entidade mãe.

B) MONTANTE TOTAL DAS DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO E QUE SE VENÇAM NOS QUATRO ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO, DESAGREGADO POR ENTIDADE E POR RUBRICA PATRIMONIAL.

O grupo municipal apresentará previsionamente as dívidas a terceiros, daqui a quatro anos, ilustradas no quadro abaixo. A previsão das dívidas a terceiros daqui a quatro anos é superior ao previsto em 2013, devido essencialmente a dois fatores:

- Integração no perímetro de consolidação das empresas Coliseu Micaelense e Azores Parque, com um montante previsto de dívida para 2018 de 7.884.695,09 euros;



Praça do Município • 9504-523 PONTA DELGADA
Telefone 296 304 400 • Fax 296 304 401 • N° Verde 800 205 479
www.cm-pontadelgada.pt • geral@mpdelgada.pt
NIPC: 512 012 814

- Contabilização, no Município das dívidas do FAM, do Contrato de Cedência de Posição Contratual entre o Município, a Cidade em Acção e a Parquaçor e a sentença homolatória a favor da UTC, com um montante previsto para 2018 de 6.433.791,55 euros.

Valores em euros

Entidade Beneficiária	Conta Patrimonial	Finalidade do Empréstimo	Entidade Credora	Valor do Empréstimo Utilizado	Data de Vencimento	Capital Previsível em dívida no fim de 2018	
	231211	Construção de seis fogos no Beco da Rosinha	CGD	97 051,42	20-03-24	26 362,15	
	231211	Construção de três fogos no Pico das Canas	BANIF	63 381,64	11-10-19	2 380,72	
	231211	Construção de doze fogos no caminho da Levada São Pedro	BANIF	230 502,51	11-10-19	8 658,13	
	231211	Construção de vinte e um fogos em São Vicente Paula	BANIF	549 889,77	20-07-26	216 893,62	
	231211	Construção de seis fogos nos Arrifes	BANIF	180 950,34	08-05-27	79 502,11	
	231211	Contratação de Empréstimo Coliseu Micaelense	BANIF	1 945 312,00	08-05-22	452 471,67	
	231211	Construção de cinco fogos nas Feteiras	BANIF	136 254,21	08-05-27	60 477,49	
Município de Ponta Delgada	231211	Execução PPI	Santander Totta	2 589 000,00	21-05-22	496 166,57	
	231211	Construção de um fogo no Caminho da Levada	Montepio Geral	19 233,65	18-07-27	6 924,21	
	231211	Aquisição de Terrenos para Habitação Social	BANIF	2 500 000,00	21-10-27	1 187 076,56	
	231211	Financiamento de diversos projetos URBICOM	BANIF	1 336 706,24	21-10-22	359 137,51	
	231211	Instalação de Relva Sintética	BANIF	94 761,60	22-10-22	25 460,56	
	231211	Diversos projetos PPI-PRODESA	BANIF	368 097,00	22-10-22	98 899,12	
	231211	Aquisição de cinquenta Habitações Canada do Peixe Assado	BPI	1 778 528,02	04-11-27	776 055,22	
	231211	Quarenta fogos no Beco da Rosinha	BPI	1 348 755,84	04-11-27	531 546,43	
	231211	Construção de duas habitações em São Vicente Ferreira	BPI	65 568,00	04-11-27	27 187,27	
	231211	Construção de duas habitações nos Remédios	BPI	52 076,00	04-11-27	20 482,50	
	231211	Construção de três fogos na Canada das Maricas	BANIF	70 691,00	05-11-27	31 756,22	
	231211	Financiamento de diversos projetos do PPI-PRODESA	BANIF	1 348 296,00	14-07-23	443 803,72	
	231211	Projetos do PPI "Conservações e reparações de estradas e caminhos municipais"	BPI	218 632,00	11-11-23	71 038,29	
	231211	Aquisição de dez habitações na Canada do Peixe Assado (Câmara)	BANIF	153 597,01	17-09-29	82 938,85	
	231211	Aquisição de dez habitações na Canada do Peixe Assado (INH)	BANIF	337 590,18	17-09-29	182 186,30	
	231211	Diversos projetos do PPI (ano 2004)	BANIF	987 711,53	15-10-24	370 016,86	
	231211	Afargamento e pavimentação da Canada do Cemitério, Livramento	BPI	99 133,00	21-12-24	41 952,15	
	231211	Diversos projetos do PPI	CGD	1 856 904,00	03-10-25	781 761,25	
	231211	Diversos projetos do PPI-PRODESA (ano 2005)	BANIF	292 952,00	04-10-25	142 216,14	
	231211	Diversos projetos do PPI	CGD	1 684 239,00	17-07-26	794 775,57	
	231211	Beneficiação da EB/JI da Mãe de Deus	Santander Totta	169 826,00	29-12-26	84 913,04	
	231211	Diversos projetos do PPI	Caixa de Crédito Agrícola	2 560 000,00	13-07-27	1 245 409,00	
	231211	Execução de diversos projetos do PPI	Millennium	4 000 000,00	30-04-28	2 105 263,12	
	231211	Execução de diversos projetos do PPI	CGD	3 200 000,00	26-02-29	2 037 288,62	
	231211	Execução de diversos projetos do PPI	CGD	1 632 000,00	29-04-30	1 023 960,46	
	26812651	Fundo de Apoio Municipal	FAM	1 864 991,58	30-12-20	532 856,58	
	268126413	Parquaçor	Parquaçor	6 893 544,67	29-05-39	5 900 934,97	
	268126412	Sentença Homologatória UTC	UTC	340 000,00	30-04-17	0,00	
	Cidade Em Acção	2311121	Construção de um Parque Urbano	CGD	16 500 000,00	20-12-27	12 371 428,55
	Azores Park	2311121	Aquisição de Terrenos	BPC	1 500 000,00	22-10-16	0,00
2311121		Infra Estruturas da Azores Parque	BPC	1 250 000,00	10-10-16	0,00	
2311121		Construção do Parque De Maquinas	BANIF	2 522 692,31	24-05-28	2 441 882,56	
2311121		Construção da Via de Acesso à Azores Parque	BANIF	2 307 692,31	24-05-21	1 153 946,11	
2311121		Secuterização de Rendas	BANIF	3 636 167,00	28-11-23	2 132 737,67	
Coliseu Micaelense	2311121	Remodelação do Edifício	BPC	968 055,59	05-12-23	566 666,72	
	2311121	Remodelação do Edifício	BPC	1 390 277,12	05-12-24	847 919,05	
	2311121	Remodelação do Edifício	BPC	1 630 935,76	02-04-20	741 542,98	
	2311121	Equipamentos	BPC	27 750,16	31-05-16	0,00	
Total				72 799 746,46		40 504 876,62	

5. INFORMAÇÕES SOBRE OS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Município/Serviços Municipalizados									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	10 578,77	137 181,12		193 170,00	14 589,80	131,65	124 350,93	131,65	124 344,85	6,08
Participações do capital em numeração					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros		20 508,69		20 508,69	0,00	157 101,46	2 059 964,60		2 070 022,27	147 043,79
TOTAL	10 578,77	217 689,81	0,00	213 678,78	14 589,80	157 233,11	2 184 315,53	131,65	2 194 367,12	147 043,87

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Município/Cidade em Acção									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios	0,00	1 147 320,18		1 147 320,18	0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais		5 750,50		5 750,50	0,00					0,00
Participações do capital em numeração					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	1 153 070,68	0,00	1 153 070,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Município/Azores Park									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais		395 808,30		395 808,30	0,00					0,00
Participações do capital em numeração					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros		315 721,63		315 721,63	0,00					0,00
TOTAL	0,00	711 529,93	0,00	711 529,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Município/Coliseu Micaelense									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios		600 000,00		600 000,00	0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais		555 234,94		507 488,65	47 746,29					0,00
Participações do capital em numeração					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	1 155 234,94	0,00	1 107 488,65	47 746,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Serviços Municipalizados/Cidade em Ação									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504,60	2 172,50	0,00	2 184,41	492,69
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504,60	2 172,50	0,00	2 184,41	492,69

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Serviços Municipalizados/COUSEU MICAELENSE									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00				0,00	0,00				0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais			0,00	0,00	0,00	322,47	5 244,97	0,00	5 170,40	397,04
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros (rsu)	0,00	0,00			0,00		0,00			0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	322,47	5 244,97	0,00	5 170,40	397,04

Valores em euros

Tipo de Fluxos	Serviços Municipalizados/AZORES PARK									
	Obrigações /Pagamentos					Direitos/ Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,34	392,16	0,00	400,42	27,08
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,34	392,16	0,00	400,42	27,08

6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA EXERCÍCIOS FUTUROS

Valores em euros

Agrupamento Económico		Município de Ponta Delgada	Serviços Municipalizados	Collseu Micaelense	Azores Park	Cidade em Ação	Total
01	Despesas Com Pessoal	10 440,00		339 634,10	59 753,51	91 780,00	501 607,61
02	Aquisição de Bens e Serviços	5 116 093,69	86 214,38	471 848,00	42 651,00	43 862,00	5 760 669,07
04	Transferências Correntes	1 428 115,57					1 428 115,57
5	Subsídios	0,00					0,00
07	Aquisição de Bens de Capital	786 614,03					786 614,03
08	Transferências de Capital						0,00
Total		7 341 263,29	86 214,38	811 482,10	102 404,51	135 642,00	8 477 006,28

Em relação ao ano anterior, os compromissos assumidos no Grupo Municipal, para exercícios futuros, sofreram uma redução em resultado de no ano de 2014 terem sido rescindidos os contratos programas referentes ao Parque Urbano, Parque de estacionamento da Avenida e à Rua Azores Parque, ascendendo os valores anulados em compromissos plurianuais a 40.447.975,94 euros.

No ano de 2015, foi assumido um compromisso plurianual com a Empresa Cidade em Acção, no montante de 7.788.000,00 euros referentes ao contrato de arrendamento do parque urbano, igualmente foi assumido o compromisso com a empresa Parquaçor, no montante de 8.929.327,85 euros referente ao contrato de cedência de posição contratual entre a Cidade em Acção, o Município de Ponta Delgada e a Parquaçor, parte deste compromisso está registado na dívida a terceiros de médio e longo prazo o montante de 6.893.544,67 euros.

7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir das demonstrações financeiras desta autarquia e das entidades a consolidar, tendo sido seguidos os princípios e regras contabilísticas definidos pelo POCAL aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações. Foram efetuadas as diversas correspondências patrimoniais, de forma a articular o sistema contabilístico da entidade consolidante e das entidades a consolidar.

A) CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA APLICADOS ÀS VÁRIAS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E OS MÉTODOS UTILIZADOS NO CÁLCULO DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO ÀS AMORTIZAÇÕES, AOS AJUSTAMENTOS E ÀS PROVISÕES.

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os definidos no ponto 4 do POCAL.

- **Bens de domínio público:**

Os bens de domínio público são registados pelo custo de aquisição ou produção. As amortizações são calculadas pelo método as quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE.

- **Imobilizações incorpóreas:**

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE, com a observância da materialidade, sendo definido um período máximo de cinco anos para as despesas de instalação, investigação e desenvolvimento (4.1.8 do POCAL).

- **Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas foram registadas ao custo de aquisição ou produção líquidos de amortizações. São contabilisticamente relevadas pelo valor do custo líquido das amortizações acumuladas. Quando se tratem de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito são registados a valores resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, do valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso deste critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

- **Investimentos financeiros**

Os Investimentos financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas contas individuais.

A participação da empresa, MUNICÍPIA, S A – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação está mensurada ao custo de aquisição, por não existir uma influência significativa sobre a gestão operacional e financeira da entidade.

- **Existências**

As existências estão valorizadas ao custo médio ponderado.

- **Acréscimos e diferimentos**

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os subsídios ao investimento são contabilizados com a emissão da guia de receita.

- **Provisões**

A constituição de provisões diz respeito às situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades.

Foram constituídas provisões para cobrança duvidosa de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL, sendo calculadas da seguinte forma:

50% dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;

100% dívidas em mora há mais de 12 meses.

- **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo registadas em euros.

- **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

B) COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS DOS ELEMENTOS INCLUÍDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS QUE SEJAM OU TENHAM SIDO ORIGINARIAMENTE EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA DIFERENTE.

Não foram efetuadas transações em moeda estrangeira, nem existem saldos em 31 de dezembro de 2014 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8. INFORMAÇÃO RELATIVA A DETERMINADAS RUBRICAS

A) COMENTÁRIO DAS RUBRICAS “DESPESAS DE INSTALAÇÃO” E “DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO”.

Nada a comentar.

B) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO CONSOLIDADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES.

Os valores iniciais do mapa do ativo imobilizado bruto estão acrescidos dos valores do imobilizado das empresas que integraram pela primeira vez o perímetro de consolidação sendo que o seu impacto no saldo inicial deste mapa é de 21.748.536,54 euros.

Ativo Bruto

Valores em euros

Rubricas	Saldo Inicial		Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e Transferências	Ajustamentos		Saldo final
	Saldo final de 2013	Alteração do Perímetro							A Débito	A Crédito	
DEBENS DE DOMÍNIO PÚBLICO											
Terras e Recursos Naturais	5 812 855,50			33 121,72		-9 756,00	-287 640,00	312 325,00			5 860 946,22
Edifícios				0,00		0,00					
Outras Construções e Infra-estruturas	142 613 206,58			47 136,42		1 765 747,65		45 450,37			144 471 581,02
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural				0,00		0,00					
Outros Bens de Domínio Público				0,00		0,00					
Imobilizações em Curso	1 837 713,23			1 548 405,43		-1 748 672,45					1 697 446,21
Adiantamentos Por Conta De Bens D. Público	0,00			0,00		0,00					
	150 323 815,31		0,00	1 678 663,57	0,00	7 319,20					152 029 973,45
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS											
Despesas de Instalação											
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento											
Propriedade Industrial e Outros Direitos											
Outras Imobilizações Incorpóreas											
Imobilizações em Curso	359 046,32										359 046,32
Adiantamentos Por Conta Imob. Incorp.											
	359 046,32		0,00	0,00	0,00	0,00					359 046,32
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS											
Terras e Recursos Naturais	20 684 529,34	138 456,40		361 303,30		9 756,00	-95 009,18	275 078,00			21 374 764,60
Edifícios e outras construções	69 240 465,67	20 330 049,81		278 573,72		279 144,06		4 289,00			90 132 512,26
Equipamento Básico	76 529 464,01	317 051,09		184 046,68	2 417,88	-1 205 931,05	-150 810,76	-2 349,45	2 411 862,89		78 080 915,53
Equipamento de Transporte	5 703 844,78			679 855,65							6 383 700,43
Ferramentas e Utensílios	847 192,18	57 117,33		13 740,93							918 050,50
Equipamento Administrativo	5 224 489,84	435 116,15		277 143,39			-84 914,35	-44 308,49		5 000,00	5 410 926,54
Veículos e Veículos	926,75										926,75
Outras Imobilizações Corpóreas	3 163 126,92			44 236,08		122 272,67	-192,11	36 280,00	14 779 761,53		18 145 489,09
Imobilizações em Curso	4 133 091,76			13 863 332,11		787 439,12				2 417 661,16	16 366 201,93
Adiantamentos Por Conta Imob. Corp.	6 415,35										6 415,35
	185 533 516,60	208 86 190,78	0,00	15 702 232,02	2 417,88	-7 319,20	-331 926,40	264 700,05			235 819 911,98
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS											
Partes Capital	13 036 685,85			584 968,87						13 651 555,73	0,00
Obrigações e Títulos de Participação				1 864 991,58							1 864 991,58
Investimentos em Imóveis											0,00
Terras e Recursos Naturais	14 495 274,11	564 045,80		358 356,00			-972 305,00	-637 776,00		13 528 107,97	279 527,94
Edifícios e Outras Construções											0,00
Outras Aplicações Financeiras											0,00
Depósitos em Instituições Financeiras											0,00
Títulos da O.V. Pública											0,00
Outros Títulos	1 437,00	259 298,96							4 985,02	259 298,96	6 422,02
Imobilizações em Curso											0,00
Adiantamentos Por Conta Invest. Financ.											0,00
	27 593 397,97	862 345,76	0,00	2 778 256,45	0,00	0,00	-972 305,00	-637 776,00	4 985,02	27 478 002,66	2 150 941,54
Total	363 809 806,20	21 748 535,54	0,00	20 109 192,04	2 417,88	0,00	-1 304 231,40	-373 075,94	4 985,02	27 478 002,66	391 359 873,29

Os valores iniciais do mapa das amortizações e provisões estão acrescidos dos valores do imobilizados das empresas que integraram pela primeira vez o perímetro de consolidação, sendo que o seu impacto no saldo inicial deste mapa é de 1.069.736,78 euros.

Amortizações e Provisões

Valores em euros

Rubricas	Saldo Inicial		Reforço	Regularizações	Saldo Final
	Saldo Final 2013	Alteração do Perímetro			
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios					
Outras Construções e Infra-estruturas	54 745 413,32		6 437 019,75		61 182 433,07
Cultural					
Outros Bens de Domínio Público					
	54 745 413,32		6 437 019,75	,00	61 182 433,07
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação					
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento					
Propriedade Industrial e Outros Direitos					
Outras Imobilizações Incorpóreas	195 942,50				195 942,50
	195 942,50		,00	,00	195 942,50
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e Outras Construções	8 136 799,78	940 218,62	1 180 415,16		10 257 433,56
Equipamento Básico	41 318 492,14	68 911,10	3 740 794,72	-139 861,27	44 988 336,69
Equipamento de Transporte	4 275 443,68		3 14 240,19		4 589 683,87
Ferramentas e Utensílios	732 763,84	29 007,41	58 091,83		819 862,88
Equipamento Administrativo	4 834 025,07	31 599,85	190 206,45	-129 985,85	4 925 845,32
Taras e Vasilhame	926,75				926,75
Outras Imobilizações Corpóreas	2 380 818,80		2 16 065,63	-3 867,11	2 593 017,32
	61 679 269,86	1 069 736,78	5 699 813,98	-273 714,23	68 175 106,39
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes Capital					
Obrigações e Títulos de Participação					
Investimentos em Imóveis					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e Outras Construções					
Outras Aplicações Financeiras					
Depósitos em Instituições financeiras					
Títulos da Dívida Pública					
Outros Títulos					
Total	116 620 625,88	1 069 736,78	12 136 833,73	-273 714,23	129 553 481,96

c) INDICAÇÃO DOS CUSTOS SUPOSTOS NO EXERCÍCIO RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO.

Nada a comentar.

D) MONTANTE DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR DOS ATIVOS ABRANGIDOS NA CONSOLIDAÇÃO QUE TENHAM SIDO OBJETO DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, FEITAS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS, INDICANDO OS MOTIVOS QUE OS JUSTIFICARAM.

Nada a comentar

E) INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DE ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS, E OS QUE RESPECTIVOS PREÇOS DE MERCADO.

Nada a comentar.

F) FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO PREÇO DO MERCADO.

Nada a comentar.

G) INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR.

Nada a comentar.

H) MONTANTE TOTAL DAS DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO, COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO, COM INDICAÇÃO DA RESPECTIVA NATUREZA, FORMA E NORMA HABILITANTE À SUA CONCESSÃO.

Entidade	Natureza da Dívida	Montante	Forma da Garantia	Norma Habilitante
Azores Parque	Empréstimo Bancário	2 522 692,31	Hipoteca	Contrato de hipoteca

I) DIFERENÇA, QUANDO LEVADA AO ATIVO, ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E AS CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS, QUANDO APLICÁVEL.

Nada a comentar.

J) REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, POR CATEGORIAS DE ATIVIDADES.

Valores em euros

Designação	Município de Ponta Delgada	SMAS	Azores Park	Coliseu	Cidade Em Acção	Ajustamentos	Total Consolidado
Vendas	3 136,10	5 807 239,96	617 721,63			-134 732,26	6 293 365,43
Prestações de Serviços	2 683 088,04	3 791 979,28	436 580,70	714 809,83	303 377,37	-1 262 065,00	6 667 770,22
Rendas e Alugueres							0,00
Impostos	13 092 077,96						13 092 077,96
Total	15 778 302,10	9 599 219,24	1 054 302,33	714 809,83	303 377,37	-1 396 797,26	26 053 213,61

K) EFEITOS NA DETERMINAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO RESULTANTES DE CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA NÃO PREVISTOS NO POCAL E DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS EFETUADAS COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS, QUER TENHA SIDO FEITAS DURANTE O EXERCÍCIO OU EM EXERCÍCIOS ANTERIORES, BEM COMO INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUANDO TAL VALORIMETRIA TIVER INFLUÊNCIA MATERIAL MENTE RELEVANTE NOS IMPOSTOS FUTUROS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Nada a comentar.

L) DIFERENÇA ENTRE OS IMPOSTOS IMPUTADOS À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES E OS IMPOSTOS JÁ PAGOS E A PAGAR RELATIVAMENTE A ESSES EXERCÍCIOS, DESDE QUE ESSA DIFERENÇA SEJA MATERIALMENTE RELEVANTE PARA A DETERMINAÇÃO DOS IMPOSTOS FUTUROS.

Nada a comentar.

M) INDICAÇÃO GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DE CADA UM DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO PELO DESEMPENHO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, BEM COMO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DAS ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL, CONFORME ABAIXO SE DISCRIMINA:

Valores em euros

Nome	Órgão Executivo da CMPD		Conselho de Administração SMAS		Conselho de Administração Azores Parque		Conselho de Administração Coliseu		Conselho de Administração Cidade em Acção	
	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida
José Manuel Cabral Dias Botelho	Presidente	36 038,97	Presidente	a)	Presidente do C.A.	a)				
Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes	Vice-presidente	27 990,78	Vogal	a)						
Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz	Vereadora em regime tempo Inteiro	28 863,89	Vogal	a)	Vogal	a)			Presidente do C.A.	a)
Pedro Filipe Rodrigues Furtado	Vereador em regime tempo Inteiro	29 194,52					Vogal	a)	Vogal	a)
Fátima Maria Câmara Carvalho Viveiros Rego Ponte	Vereadora em regime 1/2 tempo	15 124,48								
Maria Helena Botelho Viveiros Batista *	Vereadora	1 685,74								
Maria da Graça Câmara Batista *	Vereadora	2 156,98								
Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara *	Vereador	1 955,02								
Nuno Miguel Andrade Miranda *	Vereador	2 089,66								
Órgão de Fiscalização		2 478,00		2 360,00		6 800,00		7 592,37		4 000,00

* Processado senhas de presença
a) Sem remuneração

N) INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REVALIDAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS, BEM COMO EXPLICITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DA INFLAÇÃO ADOTADOS PARA O CÁLCULO, NO CASO DE UTILIZAÇÃO DE OUTROS MÉTODOS DE REAVALIAÇÃO.

Nada a comentar.

O) ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES.

Nada a comentar.

P) INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

De acordo com a nota explicativa do SATAPOCAL de maio de 2015, foram ao longo deste anexo feitas várias referências, em virtude do Município de Ponta Delgada já apresentar contas consolidadas desde 2010, por força do quadro legal consagrado na lei 2/2007, de 15 de janeiro.

As principais diferenças já identificadas ocorrem por força da alteração do regime financeiro das Autarquias Locais, consagrado na Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Q) DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS.

Valores em euros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
681 - Juros Suportados	1 678 628,29	657 914,51	781 - Juros Obtidos	43 781,55	11 852,23
682 - Perdas em Entidades Participadas			782 - Ganhos em Entidades Participadas		
683 - Amortizações de Investimentos em Imóveis			783 - Rendimentos de Imóveis	109,74	339,15
684 - Provisões para Aplicações Financeiras	0,00	0,00	784 - Rendimentos de Participações de Capital	60 437,82	272 215,93
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis			785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis		
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria			786 - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos		
688 - Outros custos e perdas Financeiras	20 451,31	4 111,01	787 - Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
			788 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	16 545,18	322 855,19
Resultados Financeiros	-1 578 205,31	-54 763,02			
TOTAL	120 874,29	607 262,50	TOTAL	120 874,29	607 262,50

R) DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.

Valores em euros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
691 - Transferências de Capital concedidas	395 257,12	604 585,21	791 - Restituição de Impostos		
692 - Dívidas Incobráveis	7 814,37	24 423,59	792 - Recuperação de Dívidas		
693 - Perdas em Existências	7 250,33	2 568,51	793 - Ganhos em Existências	3 802,71	1 424,46
694 - Perdas Em Imobilizações	107 918,49	4 179,18	794 - Ganhos em Imobilizações	2 789,00	7 216,00
695 - Multas e Penalidades	75,00	2 250,79	795 - Benefícios e Penalidades Contratuais	3 940,02	0,00
696 - Aumentos de Amortizações e Provisões			796 - Reduções Amortizações e Provisões	17 602,55	
697 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	132 595,40	32 861,02	797 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	16 882,22	69 636,77
698 - Outros Custos e Perdas Extraordinários	10 824,85	146 855,64	798 - Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	2 807 017,39	2 832 602,35
Resultados Extraordinários	2 190 298,33	2 093 155,64			
TOTAL	2 852 033,89	2 910 879,58	TOTAL	2 852 033,89	2 910 879,58

S) DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES/AJUSTAMENTOS ACUMULADOS E EXPLICITAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO.

Os valores iniciais das provisões estão acrescidos dos valores das empresas que integraram pela primeira vez o perímetro de consolidação sendo que o seu impacto no saldo inicial deste mapa ascende ao montante de 20.081,68 euros.

Valores em euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	454 766,46	167 585,83	28 517,93	593 834,36
292	Provisões para riscos e encargos				
39	Provisões para depreciações de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Total	454 766,46	167 585,83	28 517,93	593 834,36

T) INDICAÇÃO DOS BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, COM MENÇÃO DOS RESPECTIVOS VALORES CONTABILÍSTICOS.

Nada a comentar.

U) VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS QUE SE ENCONTRAM TITULADAS, POR RUBRICAS DO BALANÇO CONSOLIDADO, QUANDO NELE NÃO ESTIVEREM EVIDENCIADAS.

Nada a comentar.

V) OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR LEI.

Nada a comentar.

X) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Num processo de consolidação, e após a eliminação das relações intra grupo, o resultado líquido deve ser o mesmo da entidade mãe, no caso o Município de Ponta Delgada.

Esta situação não se verifica no ano em causa devido a movimentos que foram considerados como proveitos ou custos na entidade mãe, no entanto, foram consideradas como imobilizado, diferimentos ou Outros Credores nas entidades Consolidadas. Os valores em causa são os que baixo se discrimina:

Descrição	Valores em euros	
	Valores	
Resultado Líquido da Entidade Mãe	189 250,78	
Valor contabilizado como Proveltos Pela CMPD e em Imobilizado pelos SMAS	-6 507,06	
Valor contabilizado como custos pela CMPD e em Acréscimos e diferimentos pelos SMAS	413,40	
Valor contabilizado como custos pela CMPD e em Diferimentos, e IVA na empresa Cidade em Acção	613 909,49	
Interesses minoritários		
Resultado Líquido Consolidado	800 468,37	

O município está obrigado a aplicar o disposto no artigo 52 da lei 73/2013, de 03 de setembro. Assim apresenta-se no quadro abaixo a dívida total do município, calculado de acordo com os disposto no artigo 52 da Lei supra mencionada:

Cálculo da Dívida Total
(Artigo 52.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro)

Entidade	Descrição da Dívida	Valores em euros	
		Valor	
Município	Débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais – Empréstimos MLP	20 533 757,95	
	Débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais – Fornecedores	1 044 967,00	
	Outros débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais	298 364,66	
SM, AM, Sel	Débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais SM, AM e SEL	174 980,20	
	Associação de Municípios da Ilha de São Miguel	86 085,28	
	Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	4 819,24	
	Serviços Municipalizados de Abastecimento e Saneamento	81 875,88	
	Municipia	2 199,80	
Dívida Total a 31 de dezembro 2014		22 052 069,81	

z) AS ENTIDADES INTEGRANTES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO QUE APLICAM O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, SNC, DESIGNADAMENTE, EMPRESAS MUNICIPAIS, INTERMUNICIPAIS, DEVEM ASSEGURAR A CONVENIENTE CONVERSÃO DAS SUAS CONTAS PARA O POCAL.

Das entidades que incluídas no perímetro de consolidação, apenas o Município de Ponta Delgada e os Serviços Municipalizados utilizam o POCAL, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. De acordo com a estrutura concetual, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, consignadas, respetivamente nos Avisos nº 15652/2009, nº 15655/2009 e nº 15653/2009, de 27 de Agosto, publicados em 7 de setembro, estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias nº 986/2009 de 7 de setembro e nº 1011/209, de 9 de setembro.



Praça do Município • 9504-523 PONTA DELGADA
Telefone 296 304 400 • Fax 296 304 401 • N.º Verde 800 205 479
www.cm-pontadelgada.pt • geral@mpdelgada.pt
NIPC: 512 012 814

Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas procedeu-se à reclassificação das contas SNC para POCAL.

OUTROS DOCUMENTOS

BALANÇOS

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Município de Ponta Delgada (1)		SMAAS (2)		Cidade em Acção (3)		Ações Parque (4)		Coliseu (5)		Total (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		Correcções de Consolidação		Valores Consolidados 2014 (7)=(6)+(7)		Valores Consolidados 2013		Notas
		AL	AL	AL	AL	AL	AL	AL	AL	A Débito (7)	A Crédito (8)	AL	AL	AL	AL	AL	AL			
	Imobilizado:																			
	Bens de domínio público																			
451	Terenos e recursos naturais	5 860 946,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 860 946,22	0,00	0,00	0,00	5 860 946,22	5 812 895,50	0,00		
452	Edifícios																			
453	Outras construções e infra-estruturas	83 289 147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83 289 147,95	0,00	0,00	0,00	83 289 147,95	87 867 793,26	0,00		
455	Bens do património histórico, artístico e cultural																			
459	Outros bens de domínio público																			
445	Imobilizações em curso	1 697 446,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 697 446,21	0,00	0,00	0,00	1 697 446,21	1 897 712,23	0,00		
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	90 847 540,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90 847 540,38	0,00	0,00	0,00	90 847 540,38	95 578 401,99	0,00		
	Imobilizações incorpóreas																			
431	Despesas de instalação																			
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento																			
433	Propriedade industrial e outros direitos																			
439	Outras imobilizações incorpóreas																			
443	Imobilizações em curso																			
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	163 103,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163 103,82	0,00	0,00	0,00	163 103,82	163 103,82	0,00		
	Imobilizações corpóreas																			
421	Terenos e recursos naturais	20 286 943,42	949 3164,78	0,00	138 456,40	0,00	4 025 869,43	0,00	0,00	0,00	0,00	21 374 764,60	0,00	0,00	0,00	21 374 764,60	20 684 529,34	0,00		
422	Edifícios e outras construções	59 517 802,99	1 027 408,56	0,00	4 025 869,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79 875 088,70	0,00	0,00	0,00	79 875 088,70	61 103 665,89	0,00		
423	Equipamento básico	863 332,72	31 859 993,97	118 792,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 021 578,84	0,00	0,00	0,00	33 021 578,84	35 216 971,87	0,00		
424	Equipamento de transporte	1 400 150,69	393 865,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 794 016,56	0,00	0,00	0,00	1 794 016,56	1 428 401,10	0,00		
425	Ferramentas e utensílios	27 885,44	47 900,34	0,00	22 401,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98 187,62	0,00	0,00	0,00	98 187,62	114 428,54	0,00		
426	Equipamento administrativo	300 992,26	168 885,68	327,00	2 473,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490 081,22	0,00	0,00	0,00	490 081,22	390 664,77	0,00		
427	Texas e vestilhame	599 822,90	170 599,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	770 421,99	0,00	0,00	0,00	770 421,99	782 308,48	0,00		
429	Outras imobilizações corpóreas	14 131 558,16	2 236 150,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 367 708,99	0,00	0,00	0,00	16 367 708,99	4 133 091,76	0,00		
442	Imobilizações em curso	6 415,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 415,35	0,00	0,00	0,00	6 415,35	6 415,35	0,00		
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	97 134 903,93	36 854 169,12	121 313,76	4 189 200,75	0,00	15 571 960,31	0,00	0,00	0,00	0,00	153 871 547,87	0,00	0,00	0,00	153 871 547,87	123 854 277,10	0,00		
	Investimentos financeiros																			
411	Partes de capital	45 420 900,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 420 900,25	0,00	0,00	0,00	45 420 900,25	13 091 701,84	0,00		
412	Obrigações e títulos de participação	1 864 991,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 864 991,58	0,00	0,00	0,00	1 864 991,58	1 864 991,58	0,00		
414	Investimentos em imóveis	279 527,94	0,00	13 528 107,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 807 635,91	0,00	0,00	0,00	13 807 635,91	14 495 274,11	0,00		
415	Outras aplicações financeiras	6 422,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304 720,98	0,00	0,00	0,00	304 720,98	6 422,02	0,00		
441	Imobilizações em curso																			
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	47 571 841,79	0,00	13 528 107,97	0,00	0,00	298 298,96	0,00	0,00	0,00	0,00	61 398 248,72	0,00	0,00	0,00	61 398 248,72	2 150 941,54	0,00		

BALANÇOS

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Município de Ponta Delgada (1)		SMAS (2)		Cidade em Ação (3)		Açores Parque (4)		Colôsu (5)		Total (5)+(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		Correções de Consolidação		Valores Consolidados 2014 (6)+(7)+(8)		Valores Consolidados 2013			
		AL		AL		AL		AL		AL		AL		A Débito (7)		A Crédito (8)		AL		AL	
		AL		AL		AL		AL		AL		AL		AL		AL		AL		AL	
	Circulantes:																				
	Esvéhiculos:																				
36	Materias Primas, subsidiárias e de consumo	485 935,31		217 463,58		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
35	Produtos e trabalhos em curso			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		763 399,29		763 017,06	
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		7 697 754,29		0,00	
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
32	Merchandising	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
		485 935,31		217 463,58		0,00		7 697 754,29		0,00		8 401 353,58		,00		,00		8 401 353,58		7 653 017,06	
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)																				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:																				
28	Emprestimos concedidos																				
211	Clientes c/c	19 619,47		46 091,20		2 185,66		228 575,07		108 459,95		404 911,35		0,00		0,00		404 911,35		137 277,14	
212	Contribuintes c/c	123 617,73		0,00		0,00		0,00		0,00		123 617,73		0,00		0,00		123 617,73		107 025,23	
213	Utentes c/c	237 800,86		1 537 775,12		0,00		0,00		0,00		1 775 605,98		0,00		0,00		1 775 605,98		1 360 356,42	
		937,58		392 247,51		0,00		0,00		0,00		383 185,49		0,00		0,00		383 185,49		299 794,23	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança divida			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
262-9	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
24	Estado e outros entes públicos	9 970,56		0,00		0,00		85 889,69		948,38		96 808,63		0,00		0,00		96 808,63		15 654,73	
264	Administração autárquica			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
262-263-2		7 635 125,19		112 456,10		115 452,39		47 084,01		3 894,55		2 924 092,33		45 000,00		45 000,00		2 879 092,33		4 101 183,36	18
671-268	Outros devedores	3 027 161,39		2 088 570,42		117 648,05		361 546,77		113 292,88		5 708 221,51		,00		,00		5 693 221,51		6 021 251,11	
	Títulos negociáveis:																				
151	Ações																				
152	Obrigações e títulos de participação																				
153	Títulos de dívida pública																				
159	Outros títulos																				
18	Outras aplicações de tesouraria																				
		1 290 694,26		3 312 684,25		60 541,70		103 469,08		60 499,50		4 827 908,79		0,00		0,00		4 827 908,79		3 568 832,79	
12	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	3 629,75		18 010,00		200,00		0,00		338,10		22 177,85		0,00		0,00		22 177,85		17 914,59	
11	Caixa	1 294 324,01		3 330 694,25		60 761,70		103 469,08		60 837,60		4 850 086,64		,00		,00		4 850 086,64		3 586 747,38	
		7 910 699,94		14 930,52		637 776,18		0,00		0,00		8 565 466,64		637 747,32		637 747,32		7 925 659,32		1 789 300,49	19
271	Acréscimos de provistos:	33 017,79		10 948,52		3 813,99		1 466,90		11 814,73		61 061,93		0,00		0,00		61 061,93		43 871,43	
272	Outros diferidos	7 943 717,73		25 879,04		641 590,17		1 466,90		11 814,73		8 624 468,57		,00		,00		7 996 721,25		1 838 172,92	
	Total de amortizações																				
	Total de provisões																				
	Total de activo	248 305 424,54		42 679 880,63		14 469 421,65		12 383 439,79		16 056 204,48		333 864 371,09		14 779 764,78		59 936 561,56		288 707 574,31		259 398 369,39	

BALANÇOS

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOZ PROPRÍOS E PASSIVO	Município de Ponta Delgada (1)	SIMAS (2)	Cidade em Ação (3)	Atores Paralelo (4)	Colheita (5)	Total (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	Correções de Consolidação		Valores Consolidados 2014(8)=(6)+(7)-(8)	Valores Consolidados 2013	Notas
								A Débito	A Crédito			
51	Fundo próprio:	80 955 834,23	14 956 456,53	103 319,00	1 000 000,00	1 750 000,00	98 765 603,76	2 853 319,00	95 912 290,76	95 912 290,76	95 912 290,76	L2
55	Patrimônio	39 357 611,37				-110 473,35	39 247 138,01	39 247 138,01	0,00	7 856 077,40	7 856 077,40	L2
56	Ajustamento de partes de capital em empresas					9 988 860,08	9 988 860,08		9 988 860,08	0,00	9 988 860,08	
	Reservas de reavaliação					0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
571	Reservas legais	2 406 275,01	2 820 677,49	8 686,44	78 000,00	200 000,00	5 566 523,96	286 686,14	5 279 837,82	5 279 837,82	5 279 837,82	
572	Reservas estatutárias		6 648 480,39		275 000,00	66 776,80	6 990 257,19	344 776,80	6 648 480,39	6 648 480,39	6 648 480,39	
573	Reservas contratuais						0,00		0,00	0,00	0,00	
574	Reservas livres		85 429,84			180 799,82	266 229,66	180 799,82	85 429,84	87 429,84	87 429,84	
575	Subsídios						0,00		0,00	0,00	0,00	
576	Doações	1 258 737,98	6 000,20				1 264 747,18	0,00	1 264 747,18	1 139 459,18	1 139 459,18	
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos						0,00		0,00	0,00	0,00	
578	Condicionais gratuitos por loteamentos	2 695 734,74					2 695 734,74	0,00	2 695 734,74	2 368 104,37	2 368 104,37	
59	Resultados transacionados	43 146 355,35	6 006 888,26	69 104,89	-424 479,67	-132 420,78	49 388 285,74	2 256 046,31	47 944 907,49	43 118 676,28	43 118 676,28	L2+L17
	Interesses Minoritários								191 224,89	191 224,89	191 224,89	
86	Resultado líquido do exercício	189 250,78	1 057 706,36	30 566,62	18 460,50	76 864,70	1 748 976,86		797 066,61	1 089 280,43	1 089 280,43	
	Total dos Fundos Próprios	170 009 799,46	31 581 648,07	211 676,65	946 980,83	12 020 407,26	215 919 963,18	45 165 766,08	1 006 292,95	170 808 970,80	163 437 841,28	
	Passivo:								0,00	0,00	0,00	
292	Provisões para riscos e encargos	18 837 655,85				3 100 598,51	45 966 335,14		45 966 335,14	35 815 160,62	35 815 160,62	
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo: (a)	8 314 858,04		13 427 143,14	10 599 937,64		8 314 858,04		8 314 858,04	8 314 858,04	8 314 858,04	
268	Outros credores					40 121,93	40 121,93		40 121,93	40 121,93	40 121,93	
	Passivos por Impostos Diferidos	27 152 513,89	0,00	13 427 143,14	10 599 937,64	3 140 720,44	54 320 315,11	0,00	54 320 315,11	35 815 160,62	35 815 160,62	
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo								0,00	0,00	0,00	
2311	Empréstimos de curto prazo	1 096 102,10			3 516,77	407 806,84	2 795 201,89		2 795 201,89	2 432 223,64	2 432 223,64	
2314	Emprestimo N/L Prazo C/ Exigibilidade de Curto Prazo						0,00		0,00	0,00	0,00	
269	Adiantamentos por conta de vendas	410 790,63	48 423,26	16 033,95	43 954,13	244 669,70	751 049,55		751 049,55	301 755,13	301 755,13	
221	Fornecedores c/c	584 740,34					584 740,34		584 740,34	403 556,65	403 556,65	
228	Fornecedores - Faturas em recepção e contencioso	1 544 403,27			294 370,00		1 838 773,27		1 838 773,27	0,00	0,00	
252	Credores pela execução do orçamento	332 927,60	1 129,22				338 267,40		338 267,40	236 297,39	236 297,39	
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	139 760,19	35 304,03		4 537,77	23 230,01	261 900,81		261 900,81	221 325,26	221 325,26	
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	208 536,14	166 093,50				365 569,93		365 569,93	404 187,16	404 187,16	
24	Estado e outros entes públicos											
264	Administração autárquica	941 016,21	113 921,27	69 444,06	260 132,65	146 458,45	1 466 867,47	45 000,00	1 421 867,47	447 835,39	447 835,39	L18
262+263+267+268	Outros credores	253 492,23	74 490,85				344 864,21		344 864,21	428 712,60	428 712,60	
222+2612+26	Garantias e Cauções	6 111 798,71	439 162,13	830 601,85	606 521,32	822 165,00	8 737 234,67	45 000,00	8 692 234,67	4 865 893,22	4 865 893,22	
273	Acréscimos e diferimentos:	1 993 488,54	269 789,40		200 000,00	72 911,78	2 580 321,72		2 580 321,72	1 845 531,22	1 845 531,22	
274	Acréscimos de custos	43 037 863,94	9 852 432,74				52 306 536,41	413,40	52 306 536,41	53 433 943,01	53 433 943,01	L16
	Provetos diferidos	45 031 352,48	10 122 216,14	0,00	200 000,00	72 911,78	54 886 858,13		54 886 858,13	55 279 474,23	55 279 474,23	
	Total do passivo	78 295 625,08	10 561 578,27	14 257 745,00	11 400 458,96	4 035 797,22	117 944 407,91		117 898 994,51	95 960 528,07	95 960 528,07	
	Total dos fundos próprios e do passivo	248 305 424,54	42 143 226,34	14 469 421,65	12 353 489,79	16 056 204,48	333 864 371,09	90 421 945,56	2 012 585,89	288 707 574,31	259 398 369,35	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código De Contas	Descrição	Município de Ponta Delgada (1)	SMASZ (2)	Cidade em Açores (3)	Ações Parque (4)	Colheu (5)	Total (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	Correções de Consolidação		Valores Consolidados 2013(8)	Valores Consolidados 2013	Notas
								A Débito	A Crédito			
61	Custos e perdas Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas Mercadorias Matérias	1.163.289,55 6.850.763,28	413.345,55 1.150.653,50	80.436,64	6.210,00 71.263,55	471.228,42	1.582.854,10 8.624.345,30	1.063.080,40	1.582.854,10 7.561.255,90	1.647.959,15 7.864.426,10	1.647.959,15 7.864.426,10	16+15+16+17+18+19+20
62	Fornecimentos e serviços externos:	11.865.374,76	4.155.845,23	158.672,21	88.667,55	331.721,45	16.600.201,20		16.600.201,20	16.096.332,18		
643+642 643 a 648	Remunerações	3.766.417,53	3.650,00				3.770.067,53		2.022.747,35	2.186.078,63		19+112
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	8.516.578,26	3.523.851,50	28.607,94	67.786,15	209.809,61	12.432.643,46		12.432.643,46	12.095.832,99		
66	Amortizações do exercício	10.481,53	156.482,42				166.963,95		166.963,95	74.877,81		
67	Provisões do exercício	24.700,94	167.550,03	10.911,08	52.466,29	95.770,55	361.396,89		536.413,83	222.708,17		19
65	Outros custos operacionais	32.377.605,85	9.571.388,23	278.627,87	296.402,54	1.194.540,03	43.538.564,52	175.014,94	40.903.169,79	40.188.215,03		
68	Custos e perdas financeiros	548.982,46	498,06	696.869,06	127.791,17	1.699.079,60	42.602.249,39		42.602.249,39	40.850.240,55		
69	Custos e perdas extraordinários	585.346,94	75.388,62	0,00	0,00	0,00	661.735,56		654.735,56	817.723,94		
	Imposto sobre o Rendimento	33.334.935,25	9.645.274,91	603.566,72	993.271,60	1.322.331,20	45.899.379,68		43.285.984,95	41.667.964,49		
	Interesses Minoritários			7.596,87	1.191,95	17.295,22	26.088,04		26.088,04	817.723,94		
88	Resultado consolidado líquido do exercício.....	189.250,78	1.431.834,26	30.566,62	18.460,50	76.864,70	1.748.976,86		797.066,61	1.089.280,43		
7111 7112+7113	Vendas e prestações de serviços: Venda de mercadorias Venda de produtos	33.524.186,03	11.079.109,17	641.730,21	1.012.924,05	1.416.495,12	47.674.444,58		44.090.541,36	42.757.244,92		
72	Prestações de serviços	2.686.224,14	9.599.210,24	303.377,37	1.054.302,33	714.809,83	14.357.932,91		12.961.125,65	11.513.188,50		
73	Rendias e Aliqueros	13.092.077,96					13.092.077,96		13.092.077,96	12.050.075,97		
72	Impostos e taxas						-120.506,88		195.220,75	0,00		111
(b)	Valorização da produção	523.652,62	136.805,33	402,25	1.000,00		660.457,95		660.457,95	1.201.020,67		
75	Trabalhos para a própria entidade						1.402,25		1.402,25	363,95		
73	Provetos suplementares	13.876.146,48					14.025,25		13.876.896,48	14.223.174,08		112
74	Transferências e subsídios obtidos						319.025,01		330.442,14	251.259,67		114+115
76	Outros provetos e ganhos operacionais	30.178.101,20	9.880.856,12	318.915,19	1.012.924,05	1.416.495,12	42.807.291,68		41.117.633,18	39.239.302,84		
	(B)	1.628.662,71	42.730,66	322.815,02			1.994.208,39		120.874,29	607.262,90		117+119
78	Provetos e ganhos financeiros	31.806.763,91	9.923.586,78	641.730,21	1.012.924,05	1.416.495,12	44.801.500,07		41.238.507,47	39.846.365,34		
79	Provetos extraordinários	1.717.422,12	1.155.522,38	0,00	0,00	0,00	2.872.944,51		2.852.033,89	2.910.870,58		114+115
	(F)	33.524.186,03	11.079.109,17	641.730,21	1.012.924,05	1.416.495,12	47.674.444,58		44.090.541,36	42.757.244,92		
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2013		
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-2.019.504,65	309.467,89	40.287,32	716.521,51	221.955,09	-731.272,84		214.463,39	-949.112,19		
	Resultados Correntes: (D - C)	1.079.680,25	42.322,60	-2.123,83	-695.869,06	-127.791,17	295.128,79		-1.578.205,31	-54.763,02		
	Resultado consolidado líquido do exercício: (F - E)	-939.824,40	351.700,49	38.163,49	19.652,45	94.653,92	-436.144,05		-1.363.741,97	-1.003.875,21		
		189.250,78	1.431.834,26	30.566,62	18.460,50	76.864,70	1.748.976,86		800.468,37	1.089.280,43		

CORREÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Lançamento nº	Descrição	Débito		Crédito	
		Contas	Valores	Contas	Valores
L1	Eliminação da aplicação do método da Equivalência Patrimonial aos Resultados Líquidos de 2014, relativamente às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação	78.4.1.1	116 684,76	41.1.2.2	9 414,86
		78.4.9.1	1 433 834,26	41.1.2.3	76 703,28
				41.1.2.5	30 566,62
				41.1.9.1	1 433 834,26
TOTAL L1			1 550 519,02		1 550 519,02
L2	Eliminação dos movimentos de ajustamentos efetuados nas contas da 41 do Município de Ponta Delgada, referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como a participação da Empresa Coliseu Micaelense na Empresa Azores Park	55	39 247 138,01	41.1.2.2	473 545,37
		59.01	2 068 223,18	41.1.2.3	11 918 461,11
		51	2 853 319,00	41.1.2.5	181 110,03
				41.1.9.1	31 297 264,72
TOTAL L2			44 168 680,19		44 168 680,19
L3	Eliminação do valor da comparticipação dos SMAS no Projeto da Cartografia	79.8.3.1.3.3	5 000,00	42.6.1.3	5 000,00
TOTAL L3			5 000,00		5 000,00
L4	Eliminação do valor da comparticipação dos SMAS no contrato de manutenção com a ESRI	79.8.3.1.3.3	14 071,50	62.2.3.6	14 071,50
Total L4			14 071,50		14 071,50
L5	Anulação dos custos e proveitos relativamente ao reembolso de despesas da Conservatória e Notário referente à aquisição de Terreno no Paím e retificação de áreas do bebedouro no caminho velho das Feltras, bem como referente a despesas de cadastro referente à aquisição de parcela de terreno para a ampliação do Reservatório da Lagoa do Conde, referente à demarcação da área adquirida para a construção do reservatório da Contenda e da terreno adquirido no Paím	79.8.8	1 839,12	62.2.99.1	760,00
				62.2.99.2	1 079,12
TOTAL L5			1 839,12		1 839,12
L6	Eliminação dos custos e proveitos relativamente às faturas emitidas pelos SMAS ao Município de Ponta Delgada	71.1.2.1	131 475,51	62.2.1.3	160 031,58
		71.2.1.1.2	4 023,00	62.2.9.8.5.9	856,41
		71.2.1.1.3	7 063,51	44.2.2.1.06	1 507,06
		71.2.1.4.2	1 463,45		
		71.2.1.9.1.1	70,86		
		71.2.1.9.1.2	75,60		
		71.2.1.9.1.3	151,20		
		71.2.1.9.1.5	188,96		
		71.2.1.9.1.8	14 758,91		
TOTAL L6			162 395,05		162 395,05
L7	Eliminação dos custos e proveitos relativamente às faturas emitidas pelos SMAS à Empresa Municipal Cidade em Ação	71.1.2.1	1 398,31	62.2.1.3	1 553,06
		71.2.1.1.3	3,45		
		71.2.1.9.1.8	123,25		
		76.8.9.1.1	27,99		
		78.8.1	0,06		
TOTAL L7			1 553,06		1 553,06
L8	Anulação dos custos e proveitos relativamente aluguer do Parque Urbano para o Movimento Agir e os Jogos Eurovisionsports	712	5 750,50	62.2.19.9	5 750,50
TOTAL L8			5 750,50		5 750,50
L9	Anulação dos custos e proveitos relativamente ao subsídio e transferências atribuídos à empresa Cidade em Ação	71.2	35 580,73	63.2.3.7	1 147 320,18
		429	14 779 764,78	414	13 528 107,97
		65	175 014,94	271	637 747,32
		78.4.1.1	322 815,02		
TOTAL L9			15 313 175,47		15 313 175,47
L10	Anulação dos custos e proveitos relativamente ao pagamentos da renda dos estaleiros Municipais à empresa Azores Park	72.1	395 808,30	62.2.19.9	395 808,30
TOTAL L10			395 808,30		395 808,30
L11	Anulação dos custos e proveitos relativamente à aquisição de um pavilhão à empresa Azores Park	71.2	315 721,63	Variação de produção	315 721,63
TOTAL L11			315 721,63		315 721,63
L12	Anulação dos custos e proveitos relativamente ao subsídio e transferências atribuídos à empresa Coliseu Micaelense	74	600 000,00	63.2.3.7	600 000,00
TOTAL L12			600 000,00		600 000,00
L13	Anulação dos Serviços prestados pelo Coliseu Micaelense referente ao aluguer da sala	71	479 332,13	62.2	479 332,13
TOTAL L13			479 332,13		479 332,13

CORREÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

L14	Eliminação dos custos e proveitos relativamente às faturas emitidas pelos SMAS à Empresa Municipal Azores Park	71.1.2.1	63,82	62.2.1.3	217,76
		71.2.1.1.2	51,06		
		71.2.1.1.3	41,40		
		71.2.1.9.1.8	59,16		
		76.8.9.1.1	2,32		
TOTAL L14			217,76		217,76
L15	Eliminação dos custos e proveitos relativamente às faturas emitidas pelos SMAS à Empresa Municipal Coliseu	71.1.2.1	1 794,62	62.2.1.3	3 629,13
		71.2.1.1.2	1 435,71		
		71.2.1.1.3	62,10		
		71.2.1.9.1.8	272,10		
		76.8.9.1.1	64,60		
TOTAL L15			3 629,13		3 629,13
L16	Apuramento de Interesses minoritários resultado	RL	3 401,76	IM CP – coliseu	159,13
				IM CP Azores	3 242,63
TOTAL L16			3 401,76		3 401,76
L17	Apuramento de Interesses minoritários anos anterior	59.01	187 823,13	IM CP – coliseu	24 726,55
				IM CP Azores	163 096,58
TOTAL L17			187 823,13		187 823,13
L18	Eliminação dos saldos entre Cidade e Azores	26.8	45 000,00	26.8	45 000,00
TOTAL L18					45 000,00
L19	Eliminação da aplicação do método da Equivalência Patrimonial aos Resultados Líquidos de 2014, relativamente à participação do Coliseu na Empresa Azores Parque	76	5 805,30	59.01	5 805,30
		TOTAL L19			5 805,30

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Câmara Municipal de Ponta Delgada**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 288.707.574 euros e um total de fundos próprios de 170.808.580 euros, incluindo um resultado líquido atribuível a detentores de capital de 797.067 euros e interesses minoritários de 191.225 euros), a Demonstração dos resultados consolidada e o Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto dos serviços do Município, o resultado consolidado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo

Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Dado que não fomos contratados para proceder à revisão legal das contas das empresas subsidiárias Coliseu Micaelense e Azores Parque, a nossa opinião sobre a informação financeira a este respeito contida nas demonstrações financeiras consolidadas baseou-se exclusivamente nos exames realizados nessas subsidiárias por outros revisores oficiais de contas.

Reservas

7. Os ativos corpóreos de domínio público e outros estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores de aquisição ou de avaliação, não estando ainda integralmente finalizado o processo de inventariação, regularização e valorização contabilística e, também, de registo na Conservatória de Registo Predial. É de referir também que os Serviços Municipalizados não utilizam o critério de reconhecer patrimonialmente os ativos cedidos, designadamente os ramais construídos por particulares no âmbito de operações de loteamento e, por outro lado, que as infraestruturas do Parque Urbano, que eram reconhecidas na rubrica de Investimentos em imóveis, não foram sujeitas a avaliação patrimonial uma vez que foi reformulada a sua utilização. Nesta perspetiva, não nos é possível concluir sobre os eventuais ajustamentos que possam vir a ocorrer nas demonstrações financeiras consolidadas após a conclusão deste trabalho de identificação e avaliação do património do Município e das empresas subsidiárias.
8. O saldo da rubrica Produtos e trabalhos em curso no montante líquido de 7.697.754 euros em 31 de dezembro de 2014 está deduzido de uma imparidade de 775.522 euros que foi neste exercício diretamente registada em resultados transitados pelo facto de não existirem expectativas de que possa ser integralmente recuperado. Como não existe uma avaliação independente, não nos é possível

pronunciar sobre o valor futuro realizável das existências, nem quanto aos efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras consolidadas.

9. É critério dos Serviços Municipalizados contabilizar os subsídios ao investimento na data e na extensão em que lhe são disponibilizados pelas entidades financiadoras e de os transferir para crédito de resultados durante o período de vida útil dos ativos financiados. Com base na informação que nos foi disponibilizada até a presente data, não nos foi possível confirmar que o benefício dos subsídios foi reconhecido contabilisticamente no mesmo período (e ao mesmo ritmo) que o custo correlativo representado pela amortização dos ativos participados.
10. A verba de 455 milhares de euros mantida em Proveitos diferidos em 31 de dezembro de 2014, referente às participações financeiras atribuídas pelos clientes dos Serviços Municipalizados na construção de ramais e ou de outros ativos de exploração, deveria ter sido reconhecida como proveito operacional na data do seu recebimento e, deste modo, os fundos próprios estariam sobrevalorizados neste montante.

Opinião

11. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 acima e exceto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 10 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Câmara Municipal de Ponta Delgada** em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

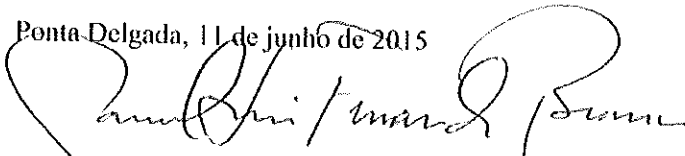
Ênfases

13. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 11 acima, queremos salienta as seguintes situações:
- 13.1 As demonstrações financeiras consolidadas preparadas em referência a 31 de dezembro de 2013, apresentadas apenas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas que emitiu uma Certificação Legal das Contas sem reservas em 8 de abril de 2014.
- 13.2 Na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas ocorreram algumas situações e correções que afetam o requisito da comparabilidade entre os exercícios que se referem a:
- (i) Conforme recomendação da Direção Geral das Autarquias Locais foi registada, na íntegra, na rubrica de Investimentos financeiros, a comparticipação financeira futura no Fundo de Apoio Municipal, que será realizada por um período de sete anos e no montante de 1.865 mil euros;
 - (ii) Em consequência da resolução contratual ocorrida em 2015 com efeitos retroagidos a 1 de janeiro de 2014, foi reconhecido o valor patrimonial do parque de estacionamento da Avenida Infante D. Henrique mensurado por 6.894 milhares de euros, montante devido nessa à entidade construtora;
 - (iii) Reconhecimento de uma dívida emergente dos serviços já prestados em anos anteriores que será regularizada mediante a emissão de taxas de urbanismo a solicitar nos próximos anos até ao limite de 1.544 milhares de euros que, pela sua natureza e pelo direito adquirido na data dos serviços prestados, assume a forma de um adiantamento de clientes registado por contrapartida a rubrica de fundos próprios;
 - (iv) O Imposto Municipal sobre Imóveis passou a ser reconhecido no ano da sua geração, independentemente da data do seu recebimento. O total de imposto recebido neste período referente ao ano de 2014, no montante de 7.135 milhares de euros, foi evidenciado em fundos próprios, estando o IMI de 2014 estimado a receber no próximo ano contabilizado na rubrica de Acréscimos de proveitos;

- (v) Correção de subsídios ao investimento, cujo benefício não estava a ser reconhecido contabilisticamente em resultados no mesmo período (e ao mesmo ritmo) que o custo correlativo representado pela amortização dos ativos participados, o que afetou positivamente os fundos próprios em 2.784 milhares de euros;
- (vi) Assunção de indemnizações a pagar pelo Município não reconhecidas em anos anteriores no montante de 340 milhares de euros; e
- (vii) Correção da provisão de férias e subsídios de férias de 2013 dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados que não cobria a totalidade dos direitos adquiridos nessa data, tendo sido regularizada neste período por contrapartida de resultados transitados, no montante de 289 milhares de euros.

13.3 Encontra-se em curso a conciliação da composição e natureza dos fundos próprios consolidados, havendo a convicção de que não resultarão diferenças materialmente relevantes com a conclusão deste trabalho.

Ponta Delgada, 11 de junho de 2015



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)